

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO PAGAMENTO
DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 19

18 de setembro de 2018

(15,15 h – 18,57 h)

Ordem do dia: Audição do Eng.º João Talone (CEO da EDP entre 2003-2006)

Presidente da Comissão: Maria das Mercês Borges

Deputados:

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

António Topa (PSD)

Hugo Costa (PS)

Jorge Costa (PS)

A Sr.^a **Presidente** (Maria Mercês Borges): — Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, cumprimento todos os presentes e dirijo um cumprimento especial ao Sr. Eng.^o João Talone, a quem agradeço a disponibilidade para vir prestar os esclarecimentos que a Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade (CPIPPEPE) persegue, ou seja, clarificar se existiram ou não rendas excessivas pagas aos produtores de eletricidade, quando e como. É essa procura de esclarecimentos que a Comissão de Inquérito tem vindo a perseguir ao longo das inúmeras audições que já fez e que vai continuar a fazer.

Reitero os meus agradecimentos, também em nome da Comissão, e vamos dar início à nossa audição/inquirição de seguinte forma: Sr. Engenheiro, inicialmente concedo-lhe 15 minutos, mais ou menos, para fazer uma intervenção inicial, caso deseje expor os seus pontos de vista; posteriormente, passarei a palavra aos Srs. Deputados, num método de inquirição pergunta/resposta em que cada grupo parlamentar dispõe de 8 minutos, e não interromperei para tornar mais fluída a inquirição, e o Sr. Engenheiro poderá responder no tempo que achar conveniente para prestar os esclarecimentos que considerar relevantes; numa segunda fase, depois deste circuito de pergunta/resposta, haverá uma ronda com 5 minutos a cada grupo parlamentar e o Sr. Engenheiro responderá no fim; e numa terceira fase, cada grupo parlamentar dispõe de 3 minutos o Sr. Engenheiro responderá no fim; e ainda poderá haver algum Sr. Deputado ou Sr.^a Deputada que deseje intervir dispondo de 2 minutos, sendo que o Sr. Engenheiro também responderá no final.

Prestados estes esclarecimentos, vamos iniciar, concedendo a palavra ao Sr. Eng.º João Talone para a intervenção inicial que considerar relevante.

Faça favor, Sr. Engenheiro, a palavra é sua.

O Sr. Eng.º **João Talone** (CEO da EDP entre 2003 e 2006): — Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Não vou fazer uma intervenção sobre a matéria, mas vou fazer algumas observações para tentar ver se é possível enquadrar a minha participação nesta Comissão de uma forma específica.

Não preparei a sessão, ou seja, não retirei documentos quando saí da EDP, porque considero que, quando se sai de uma empresa, uma pessoa não deve retirar documentos que são património da empresa. Portanto, não tenho no meu arquivo documentos da EDP. Sempre fiz assim — já com o BCP também tinha feito da mesma maneira — e achei que não deveria, através do *Google* ou de outra forma, tentar reescrever a história.

Passaram 12 anos desde que saí da empresa e, muitas vezes, fora do contexto ou num contexto totalmente diferente, quando tentamos reescrever a história estamos a criar uma realidade virtual e a desviar-nos daquilo que foram os factos concretos que ocorreram na altura.

Isto tem vantagens e inconvenientes. A vantagem é que acho que serei mais genuíno naquilo que responder; o inconveniente é que, eventualmente, haverá coisas a que não saberei responder, sobretudo na área dos números. Na área dos números não tenho boa memória, mas — embora não tenha assistido a todas as intervenções, vi alguns resumos na imprensa — acho que esta Comissão tem já um espólio de depoimentos muito rico, com bastantes números, com bastantes registos, de pessoas muito qualificadas, quer na área técnica, quer na área da gestão e da política, que, em conjunto, caracterizaram, de uma forma muito detalhada, aquilo que foi a vida do sistema elétrico nacional.

Sei que o tema da memória não é pacífico, mas porque queria que esta sessão fosse animada e esclarecedora, embora o período seja limitado, iria perguntar — e a Sr.^a Presidente dir-me-á —, se posso participar da seguinte forma: vou tentar ser o mais transparente e responder o mais possível, mesmo que não tenha a certeza absoluta! Se não tiver a certeza absoluta, se é que é possível tê-la, direi que não tenho a certeza absoluta mas que «acho que» e darei a minha resposta.

Não sei se isto se pode fazer ou não, pois é a primeira vez que estou numa sessão deste género, mas tentarei, o mais possível, responder às perguntas que fizerem.

Muitas vezes, a resposta será rigorosamente errada e aproximadamente certa! Ou seja, rigorosamente errada, no sentido em que é matematicamente errada, e aproximadamente certa, no sentido em que penso que estará certa, em termos de tendência e em termos daquilo que penso ser a grande preocupação, que é o conteúdo e que vai para além da matemática.

Se puder fazer isso, farei, mas antes chamarei à atenção de que o estou a fazer.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Eng.^o João Talone, agradeço as suas explicações e a disponibilidade para prestar os esclarecimentos que as Sr.^{as} e os Srs. Deputados irão solicitar.

Quanto à forma como o irá fazer, esperamos sempre que seja a mais esclarecedora possível, a mais verdadeira possível, e que ajude os trabalhos da Comissão a atingir os objetivos que tem consagrados no seu objeto.

Para avançarmos nos nossos trabalhos, e porque é de uma forma rotativa que é concedida a palavra, esta audição começa com o Grupo Parlamentar do CDS-PP, pelo que passo a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral.

Sr. Deputado, a palavra é sua. Queira ter a gentileza.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, cumprimento novamente os colegas e deixo um cumprimento especial ao Sr. Eng.º João Talone, a quem gostaria de dizer que o tema da memória é sempre pacífico, principalmente quando é da boa memória. Quando ela é boa é muito pacífico!

Queria dizer-lhe que a única coisa que nos preocupa é saber, não das rendas — embora, quanto mais informação tivermos sobre as rendas, porventura, mais fácil será sabermos se, em algum momento, elas são excessivas ou não, o que é, no fundo, o nosso objeto —, mas se as decisões políticas e técnicas tiveram sempre um racional mesmo que à data dos acontecimentos.

Para início de conversa, para perceber o seu mandato como CEO da EDP, começava por pedir-lhe um exercício de memória — porque já lá vai algum tempo e também porque vi isto na imprensa e, portanto, não tenho documentos que o possam suportar — sobre a notícia que dizia que a entrada de João Talone na EDP, a 8 de maio de 2003, mexeu com o *status quo*.

A primeira dúvida é a seguinte: qual era, antes, o *status quo*?

A notícia diz ainda que: «são substituídos assessores de imprensa, chefias de departamento entre outros. Nessa altura, João Talone começa a receber chamadas anónimas com ameaças (...)»... Bem, se eram chamadas anónimas não saberá dizer de quem eram, mas quanto às ameaças gostaria que, se se lembrar, as pudesse concretizar.

E a notícia continua, dizendo que «o assunto ganha tal dimensão que vai a S. Bento denunciar isso ao então Primeiro-Ministro Durão Barroso, que terá ignorado, mas, pelo contrário, Jorge Sampaio indigna-se e pede à Procuradoria-Geral da República que investigue. De um momento para ao outro, os telefonemas cessam, mas deixam rasto de dúvidas».

Para avaliarmos isto, precisávamos que nos pudesse concretizar um pouco que tipo de ameaças eram, o que é que encontrou, que intenções traziam, que interesses terá, porventura, prejudicado, ou não.

Se nos pudesse trazer alguma luz sobre esta notícia e sobre estes temas, agradeceria.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Sr. Deputado, não vi essa notícia... Não me lembro dela. Essa notícia é uma mistura de duas histórias. É factualmente errada e aproximadamente verdadeira, ao contrário daquilo que eu tinha dito há bocado, porque é uma mistura de duas histórias.

Entrei na EDP em 2003... Não sei o que é mexer com o *status quo*... É um tema ao qual, se calhar, poderemos voltar pelas outras perguntas que forem feitas. O que eu e os meus colegas fizemos foi aquilo que achámos que deveríamos fazer, de uma forma independente, rigorosa e profissional.

O tema das chamadas anónimas e o tema da conversa com o Primeiro-Ministro e com o Presidente da República não foi quando eu era presidente da EDP, foi antes de ser presidente da EDP, quando estive encarregado de fazer o trabalho sobre o setor da energia, nomeadamente sobre as fileiras do gás e da eletricidade. Aí sim, no dia a seguir a começar a fazer esse trabalho, digamos, a tomar posse para fazer esse trabalho, comecei a receber chamadas anónimas a ameaçarem-me.

Na altura, tinha as minhas duas filhas a viver nos Estados Unidos, uma a trabalhar e a fazer a *graduation* e a outra a fazer a *post-graduation*, uma em Boston e a outra em Nova Iorque. Por isso, tinha sempre o telefone ligado à noite — uma pessoa está sempre inquieta, porque pode acontecer qualquer coisa — e praticamente todas as noites recebia telefonemas às 2 da manhã, às 4 da manhã, às 6 da manhã, a dizer: «Sabemos onde é que estão as tuas filhas, sabemos o que estás a fazer, sabemos...». Foi um período altamente

desgastante, como podem calcular, mas não vale a pena sobrevalorizar. É passado!

Na altura, relatei o assunto ao Primeiro-Ministro, que me disse para não me preocupar. Depois, tive uma conversa com o Sr. Presidente da República, a pedido dele, para o pôr ao corrente do processo e ele reagiu de forma diferente: falou ao Procurador e pediu-me para eu ir também falar com ele e para partilhar esta situação, o que fiz. Depois, o assunto correu e acabou por morrer. No fim do trabalho não quis apresentar queixa contra ninguém e o assunto acabou por morrer.

Portanto, não teve a ver com o meu mandato na EDP. É anterior ao meu mandato na EDP.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Foi, portanto, quando liderou o projeto da reestruturação da estratégia nacional da energia.

Gostaria que pudesse concretizar um pouco em que sentido é que eram essas ameaças. Eram dos CAE (contratos de aquisição de energia)? Era a liberalização do setor? Era a privatização da EDP? Eram as renováveis? O que é que era?

Percebe?! É matéria que temos de...

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Nada disso! Eram desde ameaças sexuais a ameaças como: «Sei onde é que as tuas filhas estão, sei exatamente onde é que vivem...». E tanto eram de pessoas do sexo masculino como do sexo feminino.

Não foi dita uma única palavra sobre o que eu estava a fazer nem sobre o setor da energia. Eram conversas deste tipo.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Portanto, eram do foro pessoal e não tinham exatamente a ver com...

O Sr. Engenheiro esteve, obviamente, no centro da mudança de paradigma — uma expressão que é agora muito usada — dos CAE e dos CMEC.

Temos ouvido aqui e tenho tentado perceber se os CAE e se a transição dos CAE para os CMEC (custos de manutenção do equilíbrio contratual) se justificam, apenas e só, por um racional económico ou se se justificam numa tentativa de preparar a EDP para a privatização.

Já ouvimos de tudo. Não quero utilizar nenhuma imagem, mas ainda há bocado falávamos em «embelezar a noiva»...!

Gostaria de saber se, alguma vez, com o Primeiro-Ministro, com os gabinetes de estudos ou mesmo quando esteve aqui na estratégia nacional de energia, pôs em cima da mesa a necessidade de dar benefícios à EDP para uma futura privatização, ou se olharam, apenas e só, para o setor com racionalidade económica.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Quando fiz o trabalho de análise estratégica da posição do Estado nas várias empresas de energia não fazia a mínima ideia de que iria para a EDP a seguir. Aliás, ter aceitado posteriormente a ida para presidente da EDP valeu-me várias críticas, por possíveis conflitos de interesse.

Estou à disposição para, mais tarde, quando quiserem, poder falar sobre isso.

Não estava em causa nenhuma privatização da EDP. Nessa altura, não estava agendada nenhuma privatização da EDP. A última privatização da EDP tinha ocorrido em 2000 — o Estado tinha baixado a posição para 25%, se não me engano — e o que iria acontecer no meu mandato dependeria muito da estratégia que fosse delineada, mas não teria necessariamente a ver com a EDP.

Sei que isto pode parecer quixotesco, mas nunca aceitei que nenhum ministro, primeiro-ministro ou secretário de Estado me dissesse o que é que eu tinha de fazer. Se alguém tentou fazer isso, no caso da EDP, sempre respondi que a atitude e as decisões da EDP teriam de ser tomadas pelo conselho de administração da EDP, de uma forma independente.

A EDP tinha vários acionistas, sendo que o Estado era o maior, com 25%, e estava cotada, não só em Lisboa como em Nova Iorque. Portanto, a atitude da equipa que estava a gerir a EDP e a da equipa que estava... Na altura, a EDP tinha um modelo de *governance* diferente do atual, porque tinha um único conselho de administração, com executivos e não executivos — estávamos todos ao mesmo nível de responsabilidade jurídica —, que delegou nos executivos um conjunto de atividades e, portanto, a atuação, quer do conselho, quer da comissão executiva, quer minha, pessoal, enquanto estive na EDP, foi sempre de total independência em relação a qualquer acionista, nomeadamente em relação ao Estado.

Não sei se respondo já a tudo, porque se o fizer, se calhar, esvazio o resto da conversa, mas o tema dos CAE e dos CMEC, que apanhei no início do meu mandato, é um tema que já vem de trás. Houve, aliás, pelo que vi na imprensa — e peço desculpa por dizer isto —, vários peditórios nacionais no sentido de que este inquérito não devia começar em 2007, mas que devia caminhar para trás e começar em 2004, que foi quando começou o decreto dos CAE.

A Sr.^a **Presidente**: — É precisamente onde começa.

O Sr. Eng.^o **João Talone**: — Isto já foi, de facto, aqui dito e podemos voltar depois a esse tema.

O processo não se inicia nessa altura, mas muito mais cedo, quando os CAE foram criados e foram estendidos às centrais da EDP, o que aconteceu

em 1996, e foi aí — não conheço exatamente os detalhes nem as razões, mas tenho a minha opinião e, se quiserem, poderei depois referi-la — que foi criada a maior renda alguma vez criada em Portugal. Foi quando os PPA (*power purchase agreement*), que tinham sido criados para o investimento da Tejo Energia e da Turbogás, foram extensíveis às centrais da EDP.

O processo vem desde aí e a explicação dessa atribuição dos CAE às centrais da EDP, se for aprofundada, provavelmente vem ainda de trás e da descapitalização que a EDP sofreu nos 10 ou 12 anos anteriores, depois da nacionalização.

Segundo a minha opinião, se tivesse de marcar o ponto zero do relógio, tê-lo-ia marcado em 1996. Esta é uma questão de registo histórico, não é que provavelmente vá acrescentar muito àquilo que os Srs. Deputados querem saber, mas é apenas por uma questão de registo histórico e de enquadramento do contexto em que foi feito.

Obviamente que este é o tema desta conversa, com certeza voltarei a este tema, talvez para não estar a falar agora demais, de seguida.

Uma coisa que gostava de dizer à Sr.^a Presidente: tenho tendência para comer as palavras, a certa altura começa-me a secar a boca, e se, por acaso, estiver a ser pouco explícito, pedia que me avisassem, porque sou acusado pela família inteira de não conseguirem perceber aquilo que digo e não quero que os Srs. Deputados não percebam aquilo que digo.

A Sr.^a **Presidente**: — Assim avisaremos, Sr. Engenheiro.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Por isso mesmo, vou aproveitar para lhe pedir que diga já tudo, não vá secar-lhe a boca e ficamos sem perceber nada do que vai dizer daqui a bocado.

Risos.

Peço-lhe, portanto, que explique tudo, até porque não vou perder a oportunidade de ter aqui tão ilustre figura que, por causa de um problema pessoal e de ameaças anónimas, sofreu interferência do Primeiro-Ministro e do Sr. Presidente da República à data, o que significa que era uma figura que o Governo queria ver na EDP.

Também disse que o facto de ter ido para a EDP levantou algumas reações, pelos vistos, não positivas.

Ora, gostava de saber o que é o Sr. Engenheiro trazia, em concreto, que abanava o sistema. Mas, neste aspeto, queria ir um pouco mais longe na minha pergunta, que tem a ver com o que tentou explicar há bocado — por isso é que lhe peço que diga já tudo. É que o Eng.º João Conceição frisou aqui, várias vezes, que os contratos celebrados com os produtores, como a EDP, no caso dos CAE, eram muito blindados, eram contratos muito rígidos e protetores do produtor.

Ficou um pouco no ar, pela sua afirmação, que assim foi e que aí é que estavam, de facto, as rendas. Diga-nos já tudo sobre a matéria, porque evita, também, algumas perguntas que tenha de fazer a seguir.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Sr. Deputado, vou tentar responder a estas questões.

Em relação a por que é que o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Presidente da República se preocuparam, começo por dizer que eu não era distinto na altura, aliás, era desempregado, tinha saído do BCP em finais de 2001, fui para os Estados-Unidos, para Harvard, e quando voltei fui desafiado para fazer este trabalho de uma forma profissional e independente.

Fiz este trabalho no sentido de procurar encontrar uma estratégia para as diferentes participações acionistas que o Estado tinha nas empresas de

energia, que eram basicamente a REN (Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.), a EDP e a Galp, e dependia da Sr.^a Ministra das Finanças.

O trabalho foi basicamente acompanhado pela Sr.^a Ministra das Finanças e pelo Sr. Ministro da Economia da altura, e era um tema que, de facto — e só me apercebi à medida que foi sendo desenvolvido —, mexia com muitos interesses instalados e o Sr. Primeiro-Ministro acompanhou-o de bastante perto. Reunia-me com ele praticamente de 15 em 15 dias, ao sábado de manhã, para, de uma forma breve, pô-lo ao corrente da evolução do trabalho e foi numa destas sessões que partilhei com ele o facto que, para mim, não só era doloroso como também era estranho, pois nunca tinha tido chamadas anónimas na minha vida, nem ameaças, mas comecei a tê-las no dia a seguir a tomar posse da liderança deste estudo e deixei de as ter no dia em que o trabalho foi entregue ao Conselho de Ministros. É uma grande coincidência, de facto, não é?!

O Sr. Presidente da República, porque também queria estar ao corrente de como é que o trabalho estava a evoluir, pediu-me para comparecer na Presidência da República e, no fim da audiência, partilhei com ele esta situação e daí a tal reacção diferente.

Portanto, nem eu era distinto, nem havia segundas intenções em relação a mim, mas a verdade é que reagiram de formas diferentes a uma iniciativa minha.

Por que é que fui criticado por ter aceitado ir para a EDP? Participei num trabalho que mexia com as empresas do setor, e mexia obviamente com a EDP, que não era neutro em relação aos interesses das empresas e tentei fazê-lo de uma forma profissional e rigorosa.

Entreguei o trabalho, se não me engano, no princípio do ano e fui convidado para ir para a EDP, se não me engano, em inícios de abril. Houve aí um conjunto de detalhes, de evolução com os acionistas, com privados e com acionistas do Estado e, passando à frente desses detalhes, quando acabei

por aceitar, a primeira pessoa que me criticou foi o meu pai, que me disse «olha lá, então não achas que tens conflito de interesses pelo facto de teres estado a fazer um trabalho que envolvia a EDP como empresa interessada e agora vais aceitar ser o responsável pela execução do trabalho numa das empresas em que participaste?». Foi a primeira pessoa que me criticou!

A segunda foi o jornalista Sérgio Figueiredo, de quem sou amigo e que é meu amigo, que, num editorial do *Jornal de Negócios*, do qual talvez ninguém se lembre, mas podem pesquisar na *internet*, onde ele era diretor, também me criticou por esta situação. Terá havido mais, mas estas são as duas que conheço.

Em termos dos CAE e dos CMEC, pelo que percebi, acho que o Sr. Eng.º Conceição terá dito aqui que os CMEC ficaram blindados. Acho que ele disse os CMEC e não os CAE.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Os CAE.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Acho que estavam os dois blindados, para dizer com franqueza. Estavam blindados os CAE e a minha obrigação enquanto presidente executivo da EDP era dar uma blindagem aos CMEC equivalente à blindagem que tinham os CAE.

Sobre esta questão, se hoje acham isso, desculpem-me dizê-lo, acho que cumpri aquilo que era a minha obrigação.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, sabemos que os CAE foram estabelecidos em 1993/1994 e tinham a ver com a construção da central do Pego e a da Tapada do Outeiro, uma de 628 MW, se não me falha a memória, e a outra de 990 MW.

Pelo que me diz, a conclusão que estou a tirar mas que gostava que me confirmasse é que estas pressões vinham do lado da EDP e eram para

estender os CAE às outras centrais, uma vez que, à data, a situação financeira da EDP era bastante debilitada. Terão vindo daí as pressões ou não?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Sr. Deputado, vou dar-lhe a minha opinião.

Como disse, tudo isto é relativo, é o tal problema da memória, porque até o Eng.º Mira Amaral dizer aqui que tinha feito os CAE para a Tejo Energia e para a Turbogás e que os CAE da EDP tinham sido uma extensão feita no Governo de Guterres, eu estava convencido de que tinha sido feito por ele — e penalizo-me por isso —, o que mostra que, de facto, às vezes, a memória atraiçoa-nos e pensamos uma coisa mas a realidade é outra.

Aquilo que suponho que terá acontecido — e parte disto tem a ver com algumas situações que ainda encontrei quando cheguei à EDP, em 2003 — foi que, no período que sucedeu à privatização... A privatização do sistema elétrico nacional e a criação da EDP não foram fáceis, porque o sistema estava muito dividido. Havia, na área da distribuição, várias formas e figuras jurídicas e concessões de distribuição, desde as áreas regionais, onde havia empresas independentes, até às próprias concessões municipais, das quais a maior de todas era a dos Serviços Municipalizados do Porto, que tinham a maior concessão de distribuição de eletricidade. Estava, portanto, muito — está a faltar-me o termo — digamos, estava muito espalhada por entidades totalmente independentes em termos jurídicos e de gestão, acontecendo a mesma coisa na área da produção.

A nacionalização foi feita para o conjunto do sistema elétrico nacional, que, aliás, não existia na altura, portanto foi feita para o conjunto dos operadores elétricos nacionais, e no próprio decreto de nacionalização, identificam-se algumas entidades que são nacionalizadas naquela altura e é dito que, progressivamente, irão sendo nacionalizadas as restantes.

Passados dois anos, ou um ano ou um ano e tal, foi criada a EDP, como entidade 100% detida pelo Estado, que ficou encarregada de racionalizar uma empresa verticalmente integrada — passa a ser uma empresa verticalmente integrada —, que tinha a produção, o transporte em muito alta tensão e em alta tensão, a distribuição e a comercialização, que, na altura, estavam juntas, ou seja, a EDP foi criada para racionalizar o conjunto destes ativos, com a nacionalização, nomeadamente, das concessões de distribuição e das concessões autárquicas.

Este foi um período em que houve um esforço muito grande de pessoas, de técnicos, em que havia uma grande descapitalização técnica nas várias entidades. Houve pessoas que foram heróis nessa altura — uma delas foi o Eng.º Bessa, que foi o primeiro presidente da EDP — e houve um fenómeno que ainda vim a encontrar quando cheguei à EDP, em 2003, que foi o de, durante um período relativamente largo, os municípios cobrarem eletricidade mas não pagarem à EDP, ou não pagavam a parte de eletricidade que lhes competia à EDP.

Portanto, havia dívidas colossais dos municípios à EDP que, eu ainda encontrei quando cheguei à EDP, ou seja, ainda encontrei situações de grandes dívidas deste período de 1975 a 1985.

A partir daí, a situação normalizou-se, mas o *legacy* que estava para trás continuava, o que terá provocado dificuldades financeiras muito grandes à EDP, nomeadamente dificuldades de crédito. Lembro-me que — alguns lembrar-se-ão, os mais velhos — chegou a haver, esteve por horas, um corte da eletricidade na cidade do Porto, na altura em que o Eng.º Mira Amaral era ministro, para forçar a cobrança da dívida que era brutal.

Nesta situação, não houve praticamente investimentos no sistema elétrico nacional a seguir ao 25 de Abril, portanto, nos 10 anos que se seguiram, e Portugal estava curto de energia, com o risco de haver um desequilíbrio e de não haver capacidade de produção de energia suficiente

para o crescimento económico. E é nessa altura, penso que mais por uma situação de debilidade da EDP do que por uma vontade de abrir a situação de produção a investidores internacionais, penso, o Governo, na pessoa do Eng.º Mira Amaral, foi forçado a aplicar uma figura já conhecida em todo o mundo e muito habitual, por exemplo, em Inglaterra, no Reino Unido, que é a figura do PPA para capturar ou cativar investidores internacionais.

No fundo, no PPA há um investimento que é feito, de acordo com um caderno de encargos, com concurso, e que é remunerado numa base de remuneração de ativos, com *pass through*, com uma neutralidade para os custos dos combustíveis.

Portanto, neste caso, os custos dos combustíveis entram e são recuperados à saída com total neutralidade para o operador do equipamento, que se compromete a um mínimo de produtividade — se ficar abaixo desse mínimo é penalizado, se ficar acima é premiado —, e a contrapartida são os consumidores de eletricidade portugueses. Aliás, esta é uma questão interessante, que nunca vi desenvolvida em termos concetuais e teóricos: é que, hoje, o sistema elétrico nacional tem um melhor risco percebido pelos investidores e pelos credores do que têm a EDP e a República portuguesa.

Portanto, na altura, a contrapartida não era a República portuguesa — senão, o Estado, o Governo, podia ter lançado um concurso em que a República dava uma garantia —, a contrapartida eram os consumidores de eletricidade portugueses.

Bom, e aí nasceram a Tejo Energia e a Turbogás, em 92 e em 94.

A partir daí — e isto começa com o Governo em que o Eng.º Mira Amaral era ministro e acaba na altura em que já estamos no Governo Guterres —, é desenhado e criado o sistema elétrico nacional, que foi todo criado entre 93 e 96, antes da primeira fase de privatização da EDP, porque anteriormente não estava definido juridicamente o desenho do sistema elétrico nacional.

Portanto, aquilo que é hoje o sistema elétrico nacional foi definido e desenhado praticamente na íntegra nessa altura, em 93, 94, 95, 96, com algumas pequenas alterações, nomeadamente a nível do *unbundling*, da separação da rede de transporte da rede de distribuição.

É na sequência disso que é feita a extensão dos CAE às centrais da EDP. Agora, é das tais situações em que não tenho a certeza, mas tenho quase a certeza — estou convencido disso e é uma questão que é fácil confirmar — de que a primeira grande central da EDP que foi construída, porque teve um CAE, foi a central de Sines. Foi um grande investimento, foi a maior central térmica feita em Portugal e foi feita pela EDP, foi concedida a licença à EDP, porque tinha o CAE, senão a EDP não teria capacidade financeira para a fazer.

Esta é a tal fase que não conheço em detalhe, mas sobre a qual dizem: «Pois, estenderam os CAE a todas as centrais para ‘embelezar a noiva’ para a privatização!» Se calhar também, mas acho que as mais importantes, aquelas que cobriram... A mais importante de todas foi a central de Sines e, a seguir, também ao abrigo de um CAE, haveria outra, que era a central hídrica que não chegou a ser feita por causa das célebres gravuras, sendo que, ao abrigo desse CAE, a EDP foi totalmente indemnizada pela paralisação e quem pagou foi o consumidor.

Portanto, diria que, provavelmente, a extensão dos CAE às centrais da EDP teve a ver com tornar uma empresa que estava muito descapitalizada numa empresa com um balanço mais sã para poder ser privatizada. Mas creio que, simultaneamente — e agora não sei qual é a sequência —, teve a ver também com a necessidade de aumentar a capacidade instalada em Portugal, com a vontade de dar ou conferir à empresa, que era a empresa nacionalizada, a empresa de Portugal, a elétrica de Portugal, a capacidade de fazer a grande central termoelétrica, que é maior que a Tejo Energia e que foi feita logo a seguir, aliás, a tecnologia é praticamente a mesma.

Por isso é que digo que este processo não começa em 2004, começa em 1994/95, quando são criados os CAE — o decreto-lei do sistema elétrico nacional sai em 95 —, porque aí é que é definida, de uma forma muito rigorosa, a remuneração que os investidores e operadores das centrais vão ter pelo facto de fazerem esse investimento.

Não contei a história toda, mas há mais perguntas para responder, se quiserem.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — De certeza, de certeza! Muito obrigado.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Mas já respondi bastante.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Queria falar agora da fase da passagem dos CAE para os CMEC e do raciocínio que esteve subjacente ao Decreto-Lei n.º 240/2004.

O Sr. Engenheiro disse há bocado que, a haver rendas excessivas, era nos CAE e que os CMEC, no fundo — não sei se percebi bem —, faziam aquilo que o próprio nome diz: «contratos de manutenção do equilíbrio contratual», ou seja, eram uma manutenção do racional que já havia antes. Percebemos que o momento histórico era o momento da privatização, da liberalização, da criação do MIBEL e, portanto, isso também me parece fazer algum sentido.

O que temos constatado aqui, na Comissão de Inquérito, é que parece que esse Decreto-Lei n.º 240/2004 foi feito com alguma habilidade — e a palavra «habilidade» é minha. O regulador Jorge Vasconcelos falou em alguma opacidade nessa matéria; o regulador atual chamou-lhe «modelito», disse que era o modelito que servia o modelo, vulgo EDP; e o regulador Vítor Santos, da ERSE, disse que era um decreto-lei muito detalhado, de natureza

regulamentar, e que teve a preocupação de afastar o regulador do controlo e da fiscalização, embora tenha havido vários alertas, dizendo que, de facto, isso criava uma distorção e favorecia a EDP.

Gostava de saber de que forma é que participou na elaboração deste decreto-lei, se participou, e se é verdade ou não que este decreto-lei teve a intenção, também, de beneficiar a EDP e prejudicar o consumidor.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Bem, então, vamos ao princípio.

O princípio tem a ver com a terminologia «renda excessiva». Acho que uma renda pode ser alta e não ser excessiva,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. Eng.º **João Talone**: — ... pode ser excessiva e não ser alta, pode ser alta e excessiva e pode não ser nem uma coisa nem outra.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Então, diga!

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Acho até que o título desta Comissão de Inquérito pressupõe, desde já, uma apreciação de que a renda é alta e é excessiva, ou seja, que essa é uma das conclusões a que irão chegar no fim dos trabalhos, ou não, dependendo exatamente daquilo que ouvirem e do trabalho que for feito.

Há um tema que é muito difícil de passar para a opinião pública e que é relativamente técnico — e que pode ser trabalhado ou até distorcido tecnicamente, mas de uma forma relativamente simples —, que é o tema do custo do capital e da remuneração adequada ao capital investido.

Normalmente, este tipo de contratos que... Os contratos não são criminosos! Vamos lá ver, pode não ser benéfico para a economia portuguesa

— e a economia portuguesa tem muito disso — o facto de ter demasiadas rendas e demasiados rendeiros, portanto, aceito isso como não sendo benéfico para a economia portuguesa; agora, são legítimos! Perfeitamente legítimos! E são seguidos em vários outros países, como eu disse, e muito adotados, por exemplo, no Reino Unido.

Quando são determinadas as condições do contrato, o simples parâmetro que mais impacto tem no valor do contrato é o custo do capital que é considerado para o efeito, e aquilo a que assistimos é que o custo do capital varia ao longo do tempo — ou sobe ou desce, mas varia sempre ao longo do tempo.

Quando se faz um contrato deste tipo, normalmente — tanto quanto sei, praticamente sempre —, o custo do capital é fixado para um período relativamente longo, portanto não é revisível por um período relativamente longo. E por que é que não é revisível? Porque, quando financiam um investimento, os bancos emprestam à taxa fixa pelo mesmo período, ou por um período relativamente mais curto, e exigem que a remuneração do ativo não seja revisível durante esse período — senão não emprestam —, para haver, digamos, um *match* perfeito entre aquilo que são os capitais aportados ao projeto e aquilo que são os rendimentos gerados pelo projeto.

Bom, o que acontece — por exemplo, está a acontecer agora — e o que torna isto mais sensível para a opinião pública, é que, nos últimos cinco ou seis anos, houve uma redução brutal das taxas de juro, em consequência da redução da inflação ou até da existência de deflação, e muitos contratos que são antigos, não só neste setor, mas em muitos outros, estão a ser remunerados a taxas que são muito superiores às taxas de juro do mercado.

É difícil isto ser compreensível pela opinião pública, nomeadamente porque as pessoas vão dizer, ou concluir, que está a haver uma apropriação indevida do valor por parte do investidor, na medida em que o custo do capital é muito inferior ao custo do mercado.

Ora bem, mas o custo do capital não é calculado dia a dia; é calculado no momento em que o investimento foi feito, e é, nessa altura, em que é determinado o custo do capital próprio e alheio e o WACC (*weighted average cost of capital*), portanto o custo *blended*, a média ponderada dos vários capitais que são aplicados num projeto, que os bancos financiam — e financiam a uma taxa fixa — e é com base nisso que é determinada a rentabilidade do projeto.

Quanto a isto — desculpem-me que o diga —, às vezes, ouço pessoas que são tecnicamente preparadas referirem que é um roubo aos consumidores estar a praticar hoje remunerações de capital muito superiores às remunerações do mercado, sem acrescentarem, se for esse o caso, que essas remunerações e esse capital estão no período de não revisibilidade e, portanto, estão no período fixo quer do lado dos capitais do projeto quer do lado dos rendimentos.

Agora, vou dizer uma coisa da qual não tenho a certeza, mas, como disse há bocadinho, é matematicamente errada e aproximadamente certa. Quando cheguei à EDP, entre a proposta de lista para o conselho de administração e a tomada de posse na assembleia-geral, a eleição na assembleia-geral, decorreram umas semanas e eu preparei, o mais possível, tanto quanto pude, a minha entrada, falando com as pessoas, algumas pessoas da empresa, algumas pessoas do setor, e recorrendo à documentação a que na altura tive acesso.

Como a EDP estava cotada em Nova Iorque, havia muita documentação que estava depositada na SEC, Securities and Exchange Commission, à qual eu tinha acesso através de uma base de dados da Universidade de Harvard. Fiz o *download* de toda essa informação, da qual a EDP tinha de fazer o *filing*, portanto, tinha de fazer a entrega, trimestralmente, de acordo com as normas da Securities and Exchange

Commission, e uma das coisas que havia no *site* da SEC eram os relatórios, produzidos por analistas, de avaliação da EDP anteriores à minha entrada.

Uma das coisas que os relatórios de analistas fazem é determinar o valor da empresa e compará-lo com o valor da empresa no mercado e, aí, chegam à conclusão de que o mercado está a sobrevalorizar ou a subvalorizar a empresa e dão as suas opiniões independentes no sentido da compra ou da venda de ações.

Na maioria das avaliações da EDP, um dos critérios de avaliação era a chamada «soma das partes», em que os analistas, por exemplo, avaliam o transporte da energia, avaliam a distribuição da energia, avaliam a geração da energia, somam as partes e descontam alguns custos recorrentes.

Bom, na altura, o valor que era atribuído aos CAE pelos analistas independentes do mercado era, aproximadamente — aqui é que não tenho a certeza do número —, entre 30% a 33% do valor da EDP.

Portanto, o valor dos CAE representava, para efeitos da visão que o mercado tinha da empresa — o mercado global, americano, europeu, mercado de capitais —, representava, em números redondos, cerca de 30% do valor da empresa.

Era, claramente, um dos problemas importantes que eu e a minha gestão íamos defrontar: garantir aos investidores que o valor da empresa iria ser preservado e que, pelo facto de se abrirem os CAE e de se criar um sistema complementar ou alternativo de equilíbrio contratual, não se ia desvalorizar a empresa, ou seja, não a ia valorizar, mas também não a ia desvalorizar. Por isso, foi extremamente complexo este processo ao ponto de, como sabem, a Tejo Energia e a Turbogás se recusarem a abrir os CAE e ao ponto de eu ter chegado a referir às autoridades que, em última análise, se não tivesse uma garantia dada por entidades independentes que avaliassem o regime jurídico e contratual da alternativa aos CAE, para eu poder confirmar ao conselho de administração que havia uma equivalência e ao

ponto de eu ter dito que estava preparado, embora houvesse uma imposição da União Europeia, para não abrir os CAE, da mesma forma que a Tejo Energia e a Turbogás não abriram os CAE.

Nessa altura, se não abrissemos os CAE, o Estado teria de chamar uma assembleia geral, pôr o assunto à assembleia e, se tivesse maioria, destituir a administração e nomear outra.

Portanto, este foi o meu ponto de partida. É a partir daqui que é construída — não por mim, mas por uma equipa vasta, com juristas, técnicos, especialistas, etc. — uma solução que não é tão complicada como parece. Se se lembra do Decreto-Lei n.º 240/2004, estão perfeitamente identificados quais são os parâmetros, que são as variáveis que queremos garantir que são equivalentes.

Eu tenho uma grande consideração por todos os reguladores, embora tivesse tido guerras intensas com um, que foi o único com quem trabalhei enquanto estive na EDP, o Eng.º Jorge Vasconcelos, que reconheço que tem uma grande formação em economia e energia.

Quando cheguei à EDP, a relação da EDP com o regulador, com a ERSE, era totalmente má, para não dizer... Bom, isto é uma coisa lateral, mas no prospeto da privatização de 2000, assinado pelo conselho de administração e também pelo Estado, é apresentado um modelo de regulação da distribuição — eu não estava na EDP na altura —, é feita a *Initial Public Offering* (IPO) e, passado uns meses ou um ano, é alterado o modelo de regulação que estava previsto no prospeto e as ações da EDP caíram a pique e caíram a pique até eu chegar à EDP.

Quando eu fui lá fora, fazer o primeiro *roadshow*, a opinião que os investidores internacionais — fundos de pensões, companhias de seguro, etc. — tinham sobre a EDP era péssima, porque diziam que em Portugal não havia estabilidade regulatória e que havia uma informação que foi dada no prospeto que não foi cumprida pelos reguladores.

Dito isto, o ponto de partida não era famoso na relação entre a EDP e o regulador e, depois, há aqui um tema que, deixe-me dizer-lhe, está subjacente a isto tudo: hoje, a EDP é o mau da fita, hoje há votos para se «bater» na EDP... E, eventualmente, se continuarmos a insistir nisso, vamos destruir a grande empresa portuguesa, com um grande valor tecnológico, com quadros fantásticos, com engenheiros fantásticos e com uma presença fantástica. E, no dia em que isto for comprado pelos espanhóis ou pelos alemães, depois ficamos todos muito satisfeitos... Aqui-d'el-rei, porque Portugal não teve capacidade para...!

Com isto estou a dizer que devemos criar artificialmente valor na EDP para que ela não seja comprada? Não estou! Não disse isso! Ok? Mas por que estou a dizer isto? Estou a dizer isto, porque a EDP nasce do Estado. A EDP é o Estado! A EDP foi, durante anos, o Ministério da Energia. A EDP é que deu origem aos quadros que foram para a ERSE, para a REN, para a Direção-Geral de Energia, para os ministérios.

Quando cheguei à EDP, o Estado já só tinha 25% da EDP, mas o sentimento que existia dentro da EDP e dentro das outras entidades... O Ministério da Economia achava que ainda era o tutor da EDP, que a EDP estava sob a sua alçada... Eu fartei-me de dizer que não e eu não era muito popular por isso. O Estado tinha 25% da EDP, a EDP tinha 75% de outros acionistas e a função do conselho de administração era defender os acionistas por igual. Mais: era ilegal se a EDP privilegiasse o acionista Estado em detrimento dos restantes acionistas e transferisse valor dos outros acionistas para o acionista Estado, da mesma forma que seria imoral transferir valor do acionista Estado para os outros acionistas. Aí, é absolutamente rigoroso.

Por isso, esse sentimento, que hoje já deverá ter desaparecido, levava a uma atitude de veneração dentro da EDP, quando eu lá cheguei, em relação ao Ministério da Economia e havia uma atitude de tutela no Ministério da Economia em relação à EDP.

Há pouco, quando referiu a história do *status quo*, a única que fiz foi quebrar isto de uma forma relativamente transparente e fi-lo, igualmente, com o regulador, pois era necessário ter com o regulador uma relação profissional, transparente, rigorosa e não devia haver estados de alma.

Havia muitos estados de alma na EDP, nessa altura, em relação ao regulador, por causa do tema da alteração da regulação na distribuição, e eu tentei que esse tema fosse eliminado e que a relação fosse profissional.

Quando acontece este sistema dos CAE e dos CMEC, a noção que existia dentro da EDP e a noção que eu tinha — não sei se é assim ou não, mas era a noção que havia — é que a ERSE não tinha nada que ver com isto. O Governo podia pedir os pareceres que quisesse à ERSE, que não pediu... O Governo diz que ouviu uma série de entidades, mas, no Decreto-Lei n.º 240/2004, diz-se que o acordo quanto ao modelo a desenvolver para os CMEC é feito entre os operadores e a entidade que assegura o transporte da energia, portanto não mete lá a ERSE. É o que está no decreto-lei!

A ERSE tomou uma iniciativa, calçou os sapatos do Eng.º Jorge Vasconcelos, se calhar bem, por não concordar, de informar que não concordava... Já não me lembro quais eram as principais discordâncias, mas lembro-me que, na altura, eu discordava das discordâncias, mas eu também não sou técnico, portanto algumas estariam certas e outras não estariam. Nestas coisas, há sempre detalhes ou temas...

Há, também, um outro tema que gostava de referir. Tendo de garantir a neutralidade económica para a EDP, neste regime de CAE igual a CMEC mais mercado, o mercado foi considerado, no Decreto-Lei n.º 240/2004, como sendo de 36 €/MWh, se não me engano, e previa-se uma revisibilidade positiva ou negativa anual. Ao fim de 10 anos, que estão agora a terminar ou terminaram no ano passado, havia uma análise de todo o período dos 10 anos, seriam refeitas as contas e apurava-se se tinha havido ou não pagamento excessivo.

Portanto, não sei por que é que estamos com tanta crise sobre isso. Vai ser feita a análise agora, a análise vai ser feita pela entidade independente, sujeita a escrutínio político também, e essa entidade independente vai ter de chegar à conclusão se houve ou não pagamento a mais.

Nunca foi intenção, no regime inicial, que os CMEC favorecessem a EDP mais do que os CAE. Da mesma maneira que não podia haver intenção, sob pena de não estarmos a ser profissionais, que os CMEC prejudicassem a EDP em relação aos CAE.

Os senhores têm dúvidas inesgotáveis, mas daqui a pouco chegamos quase ao fim da história.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Era o que nós queríamos, Sr. Engenheiro, chegar ao fim da história, mas ainda não vai ser hoje.

Eu reconheço e percebi as suas posições, até porque também estão muito próximas das do Prof. João Duque e do estudo que ele fez para EDP, onde se argumenta e diz que não houve ganhos, antes pelo contrário.

O problema é que há algumas pessoas — não lhes vou chamar «mais puristas» — que consideram que os CMEC são nulos ou ilegais e que dizem que se o pressuposto era os CMEC eliminarem prejuízo à EDP ou manterem o equilíbrio, a verdade é que continuaram a ser pagos, apesar de os investimentos já estarem feitos e de a EDP já apresentar lucros. Portanto, alguns consideram-nos nulos.

A própria ERSE — quer o Eng.º Vítor Santos, quer a Dr.ª Cristina Portugal, quer o Eng.º Jorge Vasconcelos — chegou à conclusão de que havia um ganho excessivo de 510 milhões de euros para a EDP, entre 2007 e 2017, que tinham basicamente que ver com aquilo de que já nos falou, a remuneração dos terrenos das centrais, a titularização dos CMEC, a aplicação de diferentes taxas de juro e de compensação de rendas anuais. E tudo isto vai até mais além: com o efeito acumulado — juntando a central de

Sines de que falou — dá quase um acréscimo aos próprios CAE de 4,8%. Parece ser evidente.

E vão até mais longe: o Eng.º Vítor Santos, o regulador, disse-nos que a parcela fixa da taxa de atualização do montante de compensações dos CMEC tinha dado 410 milhões de lucro à EDP, sendo certo que, como ficou no Decreto-Lei, não havia monotorização da disponibilidade das centrais...

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas tem de concluir.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

Parece, de facto, que há aqui dúvidas entre o regulador e aquilo que nos disse hoje.

Termino, pedindo-lhe um comentário a isto e fazendo-lhe uma pergunta muito concreta. Ouvimos aqui o Prof. Ricardo Ferreira dizer que esteve dentro da negociação, que a estudou e a refutar, também, todas estas análises do regulador.

Gostava de lhe perguntar, com qual dos lados é que está de acordo e se teve ou não alguma coisa que ver a contratação do Prof. Ricardo Ferreira, tendo ele estado na génese do Decreto-Lei n.º 240/2004. Se foi o senhor a convidá-lo para a EDP, foi uma tentativa de ter dentro da EDP alguém que conhecia tão bem estes modelos e de fugir, no fundo, às *nuances* que os reguladores acusam e que acabaram por beneficiar a EDP?

A Sr.^a **Presidente**: — Para concluir esta ronda, tem a palavra o Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Para já, só para clarificar um tema sobre a história de 2004 e 2007, há uma parte que foi feita num ano e uma parte

que foi alterada no outro. Como há pouco disse, a partir do momento em que saí da EDP, nunca mais acompanhei a EDP, por isso não faço ideia do que foi feito em 2007, nem em que termos aquilo que foi aprovado em 2007 alterou ou não o que foi aprovado em 2004. Queria chamar a atenção para isto, porque, volto a repetir, saí da EDP, nunca fui um fantasma nos corredores, saí, fechei o livro, comecei um novo ciclo, nunca mais falei da EDP em público, em privado, etc., nunca mais me preocupei com o que estava a passar-se.

Dito isto, não tenho a certeza de que a EDP tenha ganhado ou perdido. É preciso ver que, a 10 ou 12 anos de distância — para mim são 13 anos —, o número que, hoje, é relativamente grande, na altura, era relativamente pequeno, depende das taxas de desconto. Se o regulador, nomeadamente o regulador atual, tem essa opinião, vai ter oportunidade de a expressar agora, quando for feita a análise da revisibilidade final dos CMEC, se é positiva ou negativa. Portanto, terá uma oportunidade única para o fazer.

Em relação ao Prof. Ricardo, não me lembro, palavra de honra, se fui eu que o admiti ou não. Eu acho que não fui, mas não quero estar a jurar, porque posso ter sido. Se fui eu, terá sido no último ano antes de me ter ido embora.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não percebi o que disse.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Em relação ao Prof. Ricardo, não me lembro se fui eu que o admiti ou não. Lembro-me que ele era considerado uma pessoa brilhante, que tinha feito o doutoramento, também, em economia da energia, se não me engano, e que sabia muito. Era quase como um *guru* desta área, mas não me lembro se fui eu que o admiti ou não.

Mas, se admiti, não sei se fiz bem, porque a minha posição sempre foi a de não ir buscar pessoas às entidades que me supervisionavam ou que me

regulavam. Eu não sei se ele era quadro do Ministério da Economia, mas se era quadro do Ministério da Economia e eu fui lá buscá-lo, fiz mal. Se ele estava lá como *freelancer*, já é diferente.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos prosseguir, passando a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Queira ter a gentileza, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Eng.º João Talone, para esclarecer essa dúvida sobre o Prof.º Ricardo Ferreira, ficou aqui apurado que este tinha estado no Governo no gabinete ministerial e de lá passou para a EDP.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Em que data?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Nesse âmbito, aliás, estava aqui a ouvi-lo e a pensar que o senhor, como há pouco referiu, esteve nessas reuniões quinzenais com o Sr. Primeiro-Ministro na altura e com funções atribuídas pelo Governo relativamente à reestruturação do setor energético e, se não me engano, à extinção da IPE (Investimentos e Participações do Estado) nesse processo, pelo que lhe peço que, por favor, esclareça as responsabilidades que teve junto do Governo antes de entrar para as funções que depois teve na EDP.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Os dois projetos que referiu não tinham nada a ver um com o outro; foram sequenciais.

Em relação à contribuição para a estratégia da reestruturação do setor da energia, eu fui contratado como consultor, não fazia parte de nenhum

gabinete do primeiro-ministro e o tema da remuneração dos ativos da EDP, não foi, nem de longe nem de perto, tema desse trabalho, aliás, este trabalho está publicado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu não disse que a remuneração foi tema, eu estava a dizer que o percurso é relativamente aparentado entre alguém que é membro de um gabinete ministerial e passa a exercer funções na EDP, ou alguém que não sendo membro de um gabinete ministerial desenvolve uma ação muito próxima do primeiro-ministro, diretamente, até como nos revelou, e que depois assume as funções na EDP, neste caso com responsabilidades mais altas, mais do que essas não há...

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Sr. Deputado, se me permite, eu próprio reconheci isso logo no princípio da conversa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exato, já referiu até as críticas de pessoas bem próximas, de família, em relação a esse processo.

Percebemos as críticas e o reconhecimento que fez, mas, não focando a crítica ou a avaliação naquilo que as pessoas fazem no decorrer dos percursos, focando-nos nos percursos que as pessoas fazem, gostaria de saber se considera que é compatível, que é aceitável este tipo de percurso, para usar esta palavra.

Não estamos a falar de um único caso; estamos a falar de vários casos, de muitas pessoas que assumem este tipo de funções entre a parte pública e a parte privada com quem trataram antes e vice-versa, ou seja, no caso do Sr. Engenheiro alguém que esteve a tratar da estratégia da EDP, em nome do Governo, para, passados uns meses, assumir a presidência da EDP, onde, sobretudo, avançou com as quinta e sexta fases de privatizações, julgo eu.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Bem, são duas coisas distintas.

Voltamos, então, ao tema de ter feito o trabalho que não era sobre a EDP, era sobre o setor energético e cujas conclusões, basicamente, se forem ler, teve a ver com *unbundling*, com a separação entre o transporte de gás de alta pressão e a distribuição de gás, a transferência do transporte de gás que estava na GALP passar para a REN, a transformação da REN, uma empresa que era de transporte de eletricidade, para uma empresa de transporte de eletricidade e gás e a recomendação da junção da fileira do gás com a fileira da eletricidade, pela convergência que estava a haver na altura a nível dos ciclos combinados que era a tecnologia que ia ser dominante, e foi nos últimos 10 anos.

Ora, face a uma previsível abertura do mercado, para que a EDP fosse competitiva seria conveniente no mercado ibérico, e comparando com todas as outras empresas ibéricas que todas tinham essa situação, ter a possibilidade de ter a convergência entre o gás e a eletricidade.

Essas foram, digamos, as linhas principais da conclusão desse trabalho, que foi feito, como disse, não como membro de um gabinete mas de acordo com a minha opinião alicerçada no apoio de especialistas, isto da mesma maneira que um advogado dá um parecer ao ministro das Finanças e depois, passados seis meses, um ano, ou dois anos pode dar um parecer a outra entidade que não o Ministro das Finanças...

A razão pela qual eu acabei por aceitar, sendo que inicialmente rejeitei o convite, e como me foi referido pelo primeiro-ministro, já em nome do conjunto dos acionistas, o projeto tinha sido discutido em Conselho de Ministros, tinha sido aprovado por unanimidade, não tinha merecido a discordância de nenhum partido da oposição e, portanto, não havia nenhuma divergência de fundo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso foi o Sr. Primeiro-Ministro na altura que lhe disse isso?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não sei se foi por estas palavras, mas terá dito... Se calhar, a palavra mais correta é a de que era um projeto consensual. Não sei por que é que não é consensual mas, se calhar, depois desta sessão podemos dizer porque é que não era consensual na altura...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Estamos sempre a aprender, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Era consensual, porque era a junção do transporte de gás com o transporte de eletricidade separação do transporte de gás da distribuição de gás, e alinhamento da fileira do gás com a fileira da eletricidade.

Essas foram as razões e, bem ou mal, a razão que me levou, no fim, a aceitar foi a que lhe referi com o argumento de que o projeto tinha sido consensual e não tinha criado divergências a nível do setor ou das entidades.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Engenheiro, dá-me licença?

A propósito de projetos consensuais não sei se na altura, em 2006, chegou a ter conhecimento de uma proposta de constituição de uma comissão de inquérito que o PCP apresentou sobre a apreciação dos atos do Governo referentes à reestruturação do setor energético português, que, repito, o PCP propôs que se criasse, e que foi chumbada pelo PS, PSD e CDS. Não soube disto?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não sabia, nessa altura já eu não estava na EDP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pois, mas é a propósito do consensual.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Mas eu nessa altura já tinha virado a página para outro ciclo.

Na altura, não houve grande reação e isso permitiu que ele dissesse isso; se calhar, essa reação apareceu mais tarde, não sei! Porque isso são três anos e tal depois de o projeto ter sido aprovado em Conselho de Ministros.

Sr. Deputado, desculpe, qual era a outra questão?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A questão dos percursos profissionais.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Essa parte já respondi. Não acho que seja positiva essa troca entre os setores público e privado, que é muito frequente no setor da energia, porque, de facto, como eu lhe referi, no setor da energia os quadros estavam na EDP. A EDP era o Estado na energia e, portanto, isso aconteceu muito em duas, três gerações no setor da energia.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E isso na altura foi uma realidade que o senhor observou, mesmo quando estava a desenvolver esse trabalho. Correto?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Quando eu estava a desenvolver esse trabalho não conhecia a EDP por dentro, não interagia com as pessoas. Eu observei isso quando entrei na EDP e verifiquei que havia um certo respeito reverencial pelo Ministério da Economia como sendo ainda, entre aspas, de alguma forma, «o patrão».

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Engenheiro, em relação a esta definição de uma estratégia para o setor energético nacional, recorda-se de quanto terá custado a assessoria, contratada pelo Governo, da Goldman Sachs de que era Vice-Presidente António Borges nessa época?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Creio que isso não foi nessa altura, penso que terá sido posteriormente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — 2004 a 2006?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Peço desculpa, mas temos de ter cuidado com as datas, porque esteve tanta gente a mexer e a tocar na panela em assuntos parecidos que, às tantas, estamos uns a ser levados pelos outros.

O primeiro trabalho que faço no setor é o tema da estratégia, faço no início de 2003. Entrei na EDP em maio de 2003 e sai em 2006.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E enquanto esteve nestas funções, junto do Governo, na altura, nunca tratou desta assessoria, digamos assim, da Goldman Sachs, ou outras no âmbito daquela definição da estratégia para a reestruturação do setor energético português?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Tanto quanto eu sei, houve um tema que era muito importante para o País, muito importante para o Governo e, aí, sim, interveio o Prof. António Borges: foi o tema da posição da ENI na Galp. Esse, sim, era um problema grave, era um problema que era «incontornado» e incontornável, em que a ENI, de certa forma, era um obstáculo à evolução da própria Galp e havia que negociar a posição da ENI, que já vinha detrás, e aí, sim, creio, o Prof. António Borges esteve envolvido nisso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — No seu tempo, digamos assim, na etapa em que foi o Sr. Engenheiro a desenvolver o seu trabalho em relação à reestruturação do setor tecnicamente e em termos de assessoria que apoios é que foram envolvidos nesse trabalho?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Disso é que não me lembro...

Tive, se não me engano, um banco de investimento e uma consultora, mas não me lembro exatamente quem foi. Penso que havia a McKinsey, a BCG, a nível de consultoras, não sei se havia a NERA, que é uma consultora inglesa importante sobre a área da regulação, e um banco de investimento, não tenho a certeza, mas, provavelmente, diria a Morgan Stanley ou a JP Morgan, um dos dois.

Mas voltamos a reposicionar isto: este foi um trabalho que durou seis semanas, julgo eu, portanto foi um trabalho muito limitado no tempo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ainda durante o seu mandato à frente da EDP, já como presidente da EDP, o novo, entre aspas, Governo PS/Sócrates e o Ministro da Economia Manuel Pinho encarregaram Paulo Teixeira Pinto, presidente da administração do BCP, enquanto acionista privado da EDP, de fazer a concertação de alguns acionistas privados na definição de um novo modelo de governação da EDP e a seleção de uma nova equipa de gestão, processo em que aparece, depois, o BES como acionista de referência da EDP, mais 2% de capital social, e o direito a figurar no seu conselho superior.

Qual foi a sua participação e avaliação desse processo que acabou por o afastar e ser substituído por António Mexia à frente da EDP?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Sr. Deputado, permita-me que lhe faça uma pergunta: esse preâmbulo é uma afirmação que faz, ou leu isso em algum sítio, ou alguém lhe contou?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Engenheiro, é uma afirmação que eu faço e é com base no apuramento dos factos num quadro do trabalho de preparação que o PCP tem desenvolvido.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Então, deixe-me dizer-lhe que tenho muita dúvida sobre quem é que tomou a iniciativa sobre o tema do novo modelo de Governo, se foi o BCP, ou se foi o Primeiro-Ministro Sócrates, ou se foi outro acionista qualquer. Tenho muitas dúvidas sobre quem tomou a iniciativa, repito.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas é muito bem-vindo. A dúvida...

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não, não, quando digo que tenho dúvidas estou a dizer-lhe que não sei.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ah, quer dizer que não sabe.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Quero dizer que não sei.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então pronto, não tem razões para desmentir aquilo que o PCP está a dizer.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Tenho razões para não considerar isso como uma verdade absoluta, muitas vezes as coisas que parecem não são e as que são não parecem.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas fica registada a sua dúvida que já é também um elemento que não se deixa de ter em conta.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Muitas vezes estas coisas acontecem por razões que não têm diretamente a ver com este caso concreto que aqui estamos a tratar; têm a ver com outras questões que eu desconheço, mas que são outros compromissos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Estará nesse caso a pensar na questão da Galp?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não, mas poderá haver outras.

Eu posso especular, mas aí já não tenho o direito de referir. A única coisa que tenho para dizer é que, muito mais tarde, sei que foi dito que pensavam que eu era um tipo do Durão Barroso. Eu não sou de ninguém! Isto em relação ao governo do Partido Socialista.

Não tive participação nenhuma nisso, terei tido indiretamente alguma culpa, porque eu tenho muito respeito pelos políticos, tenho muito respeito pelas pessoas que se dedicam à causa política, mas, muitas vezes, há zonas cinzentas e, nomeadamente numa empresa como esta em que...

Ah, lembro-me agora da pergunta que acabei por não lhe responder sobre se eu tinha sido responsável pelas quinta e sexta privatizações, se não me engano...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A ideia que eu tenho é que estava na EDP nessa altura.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Ao princípio de eu estar na EDP houve duas privatizações: uma pequenina que foi a emissão de obrigações convertíveis e que, tecnicamente, é uma privatização, porque no prazo de vencimento da obrigação ela podia ser convertida em ação; outra mais

significativa em que o Estado baixou, se não me engano, para 20%, que foi para completar a compra a 100% da operação em Espanha de gás e eletricidade, portanto a Hidrocantábrico e a Naturgas.

É que quando eu cheguei à EDP esta não tinha a maioria do controlo destas operações de gás e eletricidade em Espanha, e eu considerava, e discuti com o conselho de administração, que, estrategicamente, era muito importante – e essa é uma das coisas que, penso, foi público – que a EDP, para poder competir no mercado ibérico integrado, tivesse uma presença em Espanha e em Portugal da mesma maneira que, mais tarde, os outros operadores também tiveram.

Esqueci-me de responder a esta pergunta, portanto repito: a primeira foi uma coisa pequenina, obrigações convertíveis; a segunda foi para integrar a 100% a Hidrocantábrico e a Naturgas na EDP.

Voltando ao tema anterior, quero referir que eu terminava o mandato em dezembro de 2005 e tendo eu uma maneira de ser teimosa, há pessoas que dizem que é independente, outras dizem que é teimosia... Eu nunca fui uma pessoa dócil em relação aos ministérios da economia, portanto, não tem a ver com as pessoas, não tem a ver com os Ministros Carlos Tavares, Álvaro Barreto, Manuel Pinho; tem a ver que aquilo que os ministros defendem é a obrigação deles, são os interesses do Estado, aquilo que um gestor independente e profissional tem de defender são os interesses da empresa onde está. Eu sei que isto pode ser polémico, mas é assim, cumprindo a lei e cumprindo o contexto social em que está integrado.

Não era preciso ser muito inteligente para perceber que o acionista do Estado não estava muito confortável comigo, porque havia coisas que eu não fiz, ou que não propus, ou que não... Portanto, antes de ir de férias, penso que em julho de 2015, fui falar com cada um dos acionistas qualificados, portanto com o acionista Estado, com o BCP, com o Grupo Melo, com a Caixa Geral de Depósitos e com os espanhóis da CajAstur, hoje Liberbank,

eram os cinco acionistas qualificados na altura, e disse a cada um que se pretendessem que eu fizesse um novo mandato – e eu estaria disponível para fazer mais um mandato – teriam que me sinalizar essa situação até ao final do ano de 2005 e não na véspera da assembleia-geral e que se não me sinalizassem essa situação de uma forma pacífica e consensual, até ao final do ano de 2005, eu, no dia 2 de janeiro de 2006, faria um comunicado ao mercado a dizer que não renovava o mandato como administrador.

Ora, isso lançou alguma perturbação, porque o que a casa gasta cá em Portugal, como vocês sabem, é a 15 dias antes da entrega da proposta para a assembleia com os novos órgãos sociais, está a imprensa toda, peço as minhas desculpas aos presentes, a especular que vai cicrano, vai beltrano e a pessoa é «frita em lume brando»...!

Ora, esta é uma situação que não interessa a ninguém, pelo menos para mim pessoalmente não me interessava e achava que não tinha de me sujeitar a isso, e a reação que tive, nomeadamente do Ministro Manuel Pinho, foi a de dizer: «mas porquê, pá? Falta tanto tempo, a assembleia é só lá para abril, maio do ano que vem...». E eu disse-lhe: «Sr. Ministro, tem tempo, eu não estou a pressionar, tem até ao final do ano. Eu termino formalmente o mandato no final do ano, portanto é normal que este tema até ao final do ano fique clarificado e, depois, se for caso disso, passo a pasta com tranquilidade».

Este *timing* forçou a que houvesse uma série de reuniões, eu não estive nelas, mas sei que existiram, e aí sim, participaram o primeiro-ministro, os acionistas e o Dr. Paulo Teixeira Pinto, sobre o modelo de governo da EDP e aquilo que me contaram é que da parte do BCP — porque a EDP tinha um modelo unitário em que havia só um conselho de administração com executivos e não executivos e a única entidade em Portugal que tinha um modelo com 2 *Tier*, dois níveis, era o BCP — terá havido vontade do BCP para que a EDP adotasse um modelo idêntico ao BCP... A ironia é que hoje

o BCP já não tem esse modelo, porque já mudou para o modelo de 1 *Tier*, um só nível, e a única que tem esse modelo hoje é a EDP.

Portanto, terá havido várias reuniões. Não sei se foram mais ou menos complicadas e aconteceu aquilo que eu previa, isto é, no dia 31 de dezembro ninguém me disse nada, eu estava em Espanha, a minha mulher é espanhola, e disse à família: «vou-me embora para Lisboa». Meti-me no carro, vim para Lisboa no dia feriado e no dia 2 apresentei-me na EDP, chamei os meus colegas e disse-lhes: «vou apresentar este comunicado ao mercado hoje ao fim do dia».

E apresentei o comunicado ao mercado, é público, está na *internet*, a dizer que ia sair. Portanto, a minha intervenção na história é esta, ou seja, é ter levantado a questão em junho/julho.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não é trazer para aqui a história do ovo e da galinha, mas a questão da estruturação e do modelo de governação da EDP *versus* a vontade de manter ou não o presidente da administração João Talone, parece que se confundem um bocado as ordens de chegada. Qual é a sua opinião?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Para lhe dizer com franqueza para mim era-me completamente indiferente, eu defendo este modelo de *corporate governance* no governo das sociedades, que é uma das áreas a que me dediquei nos últimos 10 anos, tenho investigado bastante, tenho estudado, já funcionei com vários tipos de modelos de governo, nomeadamente fui administrador-delegado, CEO, de uma empresa na Holanda que tinha um modelo com os dois níveis, o nível executivo e o nível do *supervisory board*, cá chama-se conselho de supervisão, que é o caso da EDP, mas eu considero mais adequado e mais fácil de funcionar um modelo de um só *board* em que

há um *chairman* e há um CEO, mas os dois fazem parte de um único *board*, acho que é mais fácil, mas não vale a pena entrar agora em teorias sobre isso.

Para lhe dizer com franqueza era-me indiferente na altura, antes disso eu já tinha funcionado com os dois modelos. Para mim, a questão era: há ou não vontade consensual para eu continuar? Se não há eu tenho outra vida para fazer.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Era essa a minha pergunta, isto é se lhe pareceu na altura que essa foi uma experiência de acessório para o afastar, em termos da discussão.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Acho que não, porque já sabiam que eu me ia embora, não precisavam de me afastar com coisa nenhuma, eu já tinha dito isso – e, normalmente, cumpro aquilo que digo, só se me esquecer, às vezes é o problema da memória, a pessoa esquece-se e não cumpre o que diz.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Engenheiro disse agora que não é preciso ser muito inteligente para perceber que o acionista Estado não estava muito contente consigo, pelas suas características, etc., e, depois, acrescentou que houve coisas que não fez, etc.

Há alguns aspetos que lhe chamem mais atenção na sua memória das coisas que não fez relativamente a isso que dizia?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — *Por motivos técnicos não foi possível registar as palavras do Orador.*

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Entretanto o Sr. Engenheiro estava a lembrar-se de uma outra mais complicada, quer partilhar?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Acho mais complicado, por exemplo, mas acho perfeitamente normal por parte de um político... Foi pública também a guerra que houve no meu tempo com a Iberdrola, em que havia um acordo antes da minha entrada em que a Iberdrola tinha uma posição na EDP e a EDP tinha uma posição na Iberdrola e esse acordo tinha sido denunciado pela EDP, porque a Iberdrola não o tinha cumprido, porque, sem consultar a EDP — que era uma das coisas que estava no acordo — tentou a fusão com a Endesa, que foi, depois, chumbada em Bruxelas, ou não houve acordo final.

Portanto, a Iberdrola não cumpriu os termos do acordo que tinha com a EDP, a EDP denunciou o acordo... Porque neste País as pessoas não gostam de tirar consequências daquilo que fazem estava tudo em águas mornas, a EDP continuava com uma posição na Iberdrola e a Iberdrola com uma posição na EDP e a Iberdrola exigia, porque, se não me engano, tinha 5%, ter um lugar no Conselho de Administração da EDP.

Eu, nessa altura, senti que da parte do Governo havia vontade de que não houvesse este conflito entre as duas instituições e que poderia ser mais flexível na negociação, até um dia que eu disse — saiu nos jornais, portanto é público — que «no dia em que eles entrarem pela porta eu saio pela janela; se eles entrarem pela janela eu saio pela porta».

O assunto ficou arrumado ali e depois o conselho de administração da EDP decidiu vender a posição que tinha na Iberdrola, mas a Iberdrola continuou sempre a exigir a posição no conselho de administração da EDP, quando em Espanha há uma lei que proíbe as empresas concorrentes, e acho que em Portugal esse tema também já se punha, de estarem no conselho de administração da outra, independentemente da posição que tivesse. A Iberdrola alegava que em Espanha era assim, mas que em Portugal essa lei não se aplicava.

Tanto quanto eu sei, a EDP nunca pediu um lugar no conselho de administração nesta fase na Iberdrola, chegou a ter antes, enquanto o acordo estava em vigor, mas, a partir do momento em que estavam no MIBEL, eram duas empresas concorrentes.

Portanto, esse é o tipo de coisas que normalmente acontecem... Talvez eu tenha mau feitio, não sei...!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Engenheiro, o meu tempo está a chegar ao fim nesta primeira ronda e vou colocar-lhe uma questão sobre o aspeto que já abordou há pouco sobre o papel que os CAE desempenhavam no quadro dos investidores e do mercado.

Pergunto: se se caminhava e se se aprofundava um caminho de privatização da EDP em direção a um mercado, o que é que justificava a existência destes contratos de aquisição de energia, em teoria, para assegurar uma reposição satisfatória de investimentos de centrais electroprodutoras, quando essas centrais tinham há muito realizado e amortizado os investimentos nessas centrais?

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Como é que mais para a frente se chegou a esta figura dos CMEC quando todos os investimentos estavam há muito totalmente pagos e alguns até sobrecompensados, dizemos nós e não apenas nós.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Engenheiro, tem a palavra para concluir esta inquirição.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Primeiro, os contratos funcionam de acordo com aquilo que lá está escrito, não é? Portanto, pelo seu conteúdo, quer em relação aos contratos dos CAE quer, depois, em relação àquilo que os substitui que são CMEC mais mercado.

O conceito dos CAE é que há uma remuneração do investimento calculada com uma determinada taxa que é a taxa de mercado mais a taxa da República mais qualquer coisa, que pode ser alta ou baixa, não interessa, é a que foi na altura.

Agora aquilo que diz que disseram aqui, longe disso. Uma central hídrica não está amortizada ao fim de 10 anos, nem nada que se pareça. Nem a central de Sines, há 10 anos, estava amortizada. Hoje até estará mais que amortizada, mas não o estava há 10 anos.

O pressuposto da pergunta é que — embora tenha sido dito aqui, como o disse agora, e volto a repetir — acho que terá oportunidade de, na altura em que for feita a revisão, demonstrar isso e que isso viola o contrato.

A Sr.ª **Presidente**: — Passo, de imediato, a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao Sr. Deputado António Topa.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr.ª Presidente, gostaria de cumprimentar o Sr. Eng.º João Talone, de apresentar os nossos cumprimentos em nome do Grupo Parlamentar do PSD e agradecer o contributo que está a dar a esta Comissão de Inquérito.

Esta Comissão tem-se debruçado sobre assuntos relacionados com as rendas da energia, essencialmente, e como o próprio nome da Comissão indica, com o facto de perceber se essas rendas são, eventualmente, consideradas excessivas e, como tal, lesivas do interesse público.

Para retirarmos conclusões tem de ficar claro como chegámos a esta situação. Para tal, haverá necessidade de recuar até ao tempo em que o Sr. Engenheiro foi CEO da EDP, presidente da comissão executiva.

Os principais temas abordados até este momento estão relacionados com os CAE, com os CMEC, com as energias eólicas, com o chamado monstro elétrico, e com a extensão da concessão do domínio público hídrico.

Naturalmente que os meus Colegas, que falaram anteriormente, já puseram questões enquadradas, essencialmente, em datas em que o Sr. Engenheiro foi CEO da EDP, mas tenho a certeza que o Sr. Engenheiro é, naturalmente, uma pessoa que está atenta a essas questões da energia e do que se vai passando.

Há bocado o Sr. Engenheiro disse que, para a maioria das pessoas, a renda é alta e excessiva, que a fatura é elevada, é um roubo aos consumidores...

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Eu não disse isso!

O Sr. **António Topa** (PSD): — Não, os cidadãos dizem isto.

Os cidadãos dizem, muitas vezes, quando a chega a fatura a casa: «isto é um roubo declarado».

Sr. Engenheiro, os CIEG têm muitos custos enquadrados, têm os CMEC, têm os CAE, têm os sobrecustos das renováveis, têm imensa coisa que, à partida, nem tem muita ligação a alguns aspetos da energia. Naturalmente, se considerássemos estas situações...

É que atira-se tudo para cima dos consumidores, não é? E o consumidor paga! Os sobrecustos dos CAE são os consumidores que pagam, portanto, os consumidores passam dissabores, e ao menos o Estado não paga nada.

A questão que gostaria de colocar é a seguinte: em sua opinião, acha que estes CIEG todos deveriam recair sobre os consumidores da maneira que recaem?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Já agora, a sua pergunta lembra-me que tenho estado a responder a questões sobre tudo.

Já me fizeram perguntas sobre temas anteriores a 2004 e que também não tinham a ver com as rendas, quando aqui dizia que era a partir de 2004, mas eu respondo a tudo. Do que me quiserem perguntar eu respondo a tudo, se souber e se me lembrar, respondo a tudo. Cá estamos para isso!

Indo agora ao tema que refere, esse é um dos grandes problemas: alguém tem de pagar a conta. Muitas vezes, a questão que se põe é: quem é que deve pagar a conta? É o contribuinte ou é o consumidor?

Há uma área cinzenta... Muitas vezes o consumidor de eletricidade paga pelo contribuinte e deixe-me dizer-lhe que, embora esteja menos atento ao setor da energia desde que saí da EDP, lembro-me de ter ouvido o Eng.º Jorge Vasconcelos reclamar com o ministro, na altura era o Ministro Manuel Pinho, quando foi criado, pela primeira vez, défice tarifário em Portugal, que foi criado não por causa dos CIEG — não foi criado por causa das renováveis —, foi criado porque, nesse ano, houve um aumento relativamente brusco das matérias-primas da energia, dos combustíveis, e, por razões de outra ordem, o Ministro da Economia achou que esse aumento brusco dos custos das matérias-primas não devia ser passado, como era até então, diretamente à tarifa como o regulador propunha, e definiu e impôs a orientação de diferir parte dessa passagem e, com isso, foi criado o célebre défice tarifário, que começou a partir daí.

A partir do momento em que foi criado o défice tarifário cresceu muito para além disso, não é? E, honra lhe seja feita, o Eng.º Jorge Vasconcelos,

de uma forma clara, manifestou o seu desacordo técnico em relação àquilo que estava a ser feito.

Depois disso, mas, se calhar, eu estava distraído, não me lembro de ter ouvido nenhum regulador a discutir o tema sobre se um determinado custo é custo do consumidor, ou se é custo do contribuinte.

Penso que é ao regulador da energia, neste caso, da eletricidade, que compete estar atento e compete verificar as várias operações, como são contabilizadas as várias operações que são feitas no setor para ter a certeza de que quem está a pagar o custo é a entidade devida para pagar esse custo.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Engenheiro, poderia falar um pouco sobre a extensão da concessão do domínio público hídrico à EDP?

O Sr. Engenheiro saiu da EDP em 2006, mas o antigo ministro, Manuel Pinho, referiu expressamente aqui, numa reunião da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, que esta matéria do domínio público hídrico e da sua concessão foi, a maior parte dele, praticamente uma formalização da situação, porque estas matérias vinham de trás, tinham sido discutidas anteriormente e estavam praticamente todas assentes à partida.

Presumo que isto até poderia ter acontecido — estas discussões e o estar praticamente tudo assente —, segundo ele diz, na altura em que o Sr. Engenheiro era CEO da EDP.

O Sr. Engenheiro esteve presente em alguma reunião que tratasse expressamente o tema da concessão do domínio hídrico a favor da EDP para lá dos CMEC?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não, não estive.

Aquilo de que me lembro, e são os factos que tenho presentes, é que, no decreto-lei de 2004, estava previsto que, no fim da concessão do domínio hídrico, a concessão revertia para o Estado e o Estado tinha de pagar os ativos

ao operador. Creio que tinha de ser feita uma avaliação, o Estado tinha de pagar ao produtor os ativos, mas não me lembro, sequer, que isso tenha sido tema enquanto estive na EDP.

Este era o tema, tanto quanto me lembro, como tinha ficado e acho que é como está no decreto-lei de 2004.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Mas o Dr. Manuel Pinho afirmou que a extensão da concessão do domínio público hídrico era um imperativo legal decorrente da aplicação dos CMEC.

Questionados sobre este mesmo assunto, os Professores Jorge Vasconcelos e Vítor Santos, ambos ex-reguladores, ex-presidentes da ERSE, responderam que a extensão do domínio público para além do prazo dos CAE não era um imperativo legal decorrente da legislação dos CMEC.

A propósito do Decreto-Lei n.º 240/2004 há uma referência a essa possibilidade e nos acordos de cessação há uma cláusula suspensiva até à atribuição da concessão de domínio público à concessionária RNT (Rede Nacional de Transporte de Energia Elétrica), neste caso a REN.

Da análise da nota elaborada em 2007 pela REN, com o título «Nota CMEC das centrais hídricas vinculadas», resulta claro que, antes de 2006, a hipótese de haver extensão do domínio público hídrico, para além dos CAE, era, meramente, uma opção e só possível através de concurso público.

A extensão do domínio público hídrico, para além do prazo dos CAE, e conseqüentemente dos CMEC, nunca foi considerada imperativa nem tida como cenário central da configuração do mecanismo dos CMEC até 2006.

O Sr. Engenheiro está de acordo com este entendimento?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — É a ideia que eu tenho.

Claro que não tenho a capacidade intelectual e técnica de tão distintas entidades que, para além disso, têm documentação que lhes permite estudar

e verificar isso que acabou de dizer, mas a ideia que tenho é que, primeiro, a lei das concessões não tem nada a ver com isto. A lei das concessões hídricas é o que existe, sobrepõe-se a isto e não era abordado aqui. O que tenho presente é que está aqui referido é que, no fim da concessão, o Estado pode ficar com os ativos se os pagar de acordo com a avaliação, e mais nada.

Mas, daí para a frente, não sei, não acompanhei. Portanto, o que se passou em 2007 eu não acompanhei. Há só uma coisa que é evidente, porque é público: isso que aconteceu em 2007 foi aprovado pela Comissão Europeia. Não acompanhei, mas também não sou cego e vi esse debate na imprensa – aliás, a União Europeia, neste tipo de coisas, de ajudas de Estado, costuma ser ultrarrigorosa.

Portanto, acho estranho que, não tendo o tema, acho eu, a ver com 2006, ou com o meu tempo na EDP, houvesse aí qualquer questão que não estivesse bem feita e que, mesmo assim, tivesse sido aprovada pela Comissão Europeia.

É uma opinião de leigo.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Engenheiro, há uma notícia muito recente, de 15 de setembro, que diz que o Governo tem 15 dias para justificar a Bruxelas a extensão da concessão das barragens à EDP.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Com isso acho que devem andar a brincar connosco, não é?

O Sr. **António Topa** (PSD): — A Comissão Europeia só se pronunciou sobre o facto de esta extensão ser ou não ajuda de Estado e chegou à conclusão de que não era. Mas não se pronunciou sobre o facto de esta concessão poder ser entregue da forma como foi entregue, ou se tinha de ser por concurso público.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Sr. Deputado, se me permite, também não conheço as regras de especialização de setores e de áreas da Comissão Europeia, mas se é um tema que, aparentemente, devia ser por concurso público, não é por concurso público e é entregue a uma entidade nacional, é ajuda de Estado. Acho eu, não sei...! Se calhar, juridicamente, não é, não sei!

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Engenheiro, relativamente ao período entre 2003 e 2006, em que o senhor foi CEO da EDP, os meus colegas que falaram anteriormente, praticamente, esgotaram todos os assuntos e todas as questões que teria para colocar.

Assim sendo, como o Sr. Engenheiro é uma pessoa muito ligada às questões da energia, tem muita experiência e, posso dizer-lhe que, até ao momento, gostei da sua forma de estar e da sua forma de ver as situações — contrariamente ao que aconteceu hoje de manhã, numa audição que aqui fizemos —, gostaria de lhe pôr uma questão relativa a uma central da EDP, a central de Sines, e à extensão da licença desta, sem data, sem término, digamos assim, efetuada por um Diretor-Geral da Energia no tempo do Dr. Manuel Pinho.

A questão que lhe ponho é a seguinte: acha que essa licença tinha um valor, foi concedida gratuitamente, mas o Dr. Manuel Pinho e o Eng.º Jorge Borrego, sendo este último, na altura, Diretor-Geral da Energia, referem expressamente que esta extensão da licença para a central de Sines se enquadrava na legislação dos CAE e dos CMEC, estava perfeitamente prevista e tinha de ser entregue desta forma.

O senhor tem conhecimento disto? Está de acordo com isto? Qual é a sua sensibilidade em relação a este problema?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Se eles dizem isso, deve ser verdade, porque acho muito arriscado dizer uma coisa dessas e não ser verdade. E, para ser verdade, isso tinha de ser visto no CAE original da central de Sines, que eu não tenho presente, mas onde deveria estar qualquer coisa que permitisse essa interpretação.

A Sr.ª **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Engenheiro.

Concluída a intervenção por parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.ª Presidente, cumprimento o Sr. Eng.º João Talone, assim como as Sr.ªs e os Srs. Deputados.

O Sr. Engenheiro foi presidente da EDP durante o período em que os CAE passaram para CMEC, o que já foi aqui debatido, nomeadamente também na altura da discussão do Decreto-Lei n.º 240/2004.

A primeira pergunta que gostaria de lhe fazer era que papel teve a EDP nesse debate, isto é, se a EDP participou em reuniões sobre os CMEC e qual era a equipa que participava nessas reuniões.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Quero só fazer este pequeno ajuste: a passagem dos CAE para os CMEC não foi feita entre 2003 e 2006.

O desenho dos CMEC que ficou consagrado no decreto-lei de 2004 é que foi feito nesse período. Depois, esse próprio decreto-lei previa uma série de outros mecanismos, nomeadamente o acordo com a entidade distribuidora da energia em alta tensão, tendo sido feitos o primeiro acordo ainda no meu tempo e outros mecanismos já depois de eu ter saído da EDP.

De tal maneira que os CMEC, se não me engano, são de 2007, sendo que a passagem dos 10 anos foi em 2017 e eu saí em 2006. Mas não enjeito

uma parte significativa da paternidade do modelo que foi adotado para os CMEC.

Respondendo, agora, à sua pergunta, é claro que, sim, a EDP esteve fortemente envolvida.

Como referi no início, se isto representava cerca de 30% ou mais de 30%, ou um terço do valor da EDP, aos olhos do mercado tínhamos de ter a garantia e a certeza de que as soluções que fossem encontradas garantiam a neutralidade económica e patrimonial para a EDP, portanto CMEC mais mercado, face à solução original dos CAE.

O tema foi tratado dentro da EDP Produção, que era a entidade dona da CPPE. Já não me lembro se as centrais eram todas propriedade da CPPE (Companhia Portuguesa de Produção de Eletricidade) ou não, mas isso está lá no decreto-lei.

A equipa da EDP Produção em conjunto com a equipa do planeamento da EDP e com a equipa da regulação trabalharam ativamente neste *dossier* e com recurso a especialistas exteriores. Portanto, foi um trabalho que envolveu muita gente e que exigiu bastante capacidade técnica da EDP e a necessidade de recorrer a consultores externos.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, compreendendo as suas respostas e obviamente colocando o decreto-lei de 2004, relativo ao ano de 2004, na altura em que o Sr. Engenheiro era presidente da EDP, e percebendo que era um processo anterior e posterior, mas, repito, sendo a legislação fundamental o Decreto-Lei n.º 240/2004, da altura em que o Sr. Engenheiro era presidente da EDP, volto a questionar quem é que, da parte da EDP, liderava as negociações.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Se quer que lhe diga nomes e moradas, eu digo-lhe, embora não saiba de cor as moradas. A nível da direção, na altura, esteve envolvido...

Vozes impercetíveis.

A Sr.ª **Presidente**: — Por favor, Srs. Deputados. Vamos permitir que o Sr. Engenheiro preste os esclarecimentos.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Por exemplo, o Eng.º Ribeirinho Machado, que era uma dos administradores da EDP Produção, esteve certamente envolvido nisso.

Também estiveram envolvidos nisso o Eng.º Augusto Castro (não tenho bem a certeza se o primeiro nome é Augusto), a diretora da regulação, cujo nome não me recordo neste momento, o Dr. Manso Neto, que acompanhava igualmente a área da regulação, e ainda gente mais nova, de cujos nomes não me lembro.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Muito obrigado, Sr. Engenheiro. Compreendemos que o período temporal também pode não...

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Se me lembrar — às vezes, lembro-me das coisas passado um bocadinho —, ainda volto ao tema.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Como dizia, o período temporal, como é normal, também pode não permitir lembrar todos os nomes. Mas também é importante que as pessoas tenham rosto, até porque algumas delas vão ser ouvidas no contexto desta Comissão.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Sr. Deputado, se me permite, o rosto sou eu. Eu sou o rosto!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Obviamente, mas deixe-me concluir.

O administrador da EDP, Dr. João Manso Neto, entrou para a EDP, pelo que pudemos pesquisar, em 2003, altura em que a presidência da EDP era do Sr. Engenheiro.

O antigo presidente da Autoridade da Concorrência, o Dr. Abel Mateus, revelou nesta Comissão que o Dr. Manso Neto teve uma grande importância na legislação sobre os CMEC, nomeadamente nessas reuniões com a EDP, nas quais o próprio Dr. Abel Mateus esteve presente.

Recorda-se dessas reuniões que tiveram lugar com a Autoridade da Concorrência?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Peço imensa desculpa, mas o Dr. Abel Mateus, tanto quanto sei, não esteve em praticamente nenhuma reunião sobre os CMEC. O Dr. Abel Mateus teve uma intervenção forte sobre um outro processo, que não teve a ver com este e que foi o processo do gás e da eletricidade, de juntar a fileira do gás e da eletricidade, e do chumbo da União Europeia. Esse processo, sim, teve uma intervenção fortíssima do Dr. Abel Mateus, que era contra, e o regulador português votou contra a posição de Portugal na Comissão Europeia. Ele esteve muito envolvido nisso. Agora, nos CMEC e nos CAE?! Ele devia estar distraído...!

O Dr. Manso Neto foi admitido na EDP por mim. Quando entrei na EDP, convidei duas pessoas para entrarem para a Direção-Geral comigo, pessoas que tinham trabalhado comigo e que eu considerava que fariam um grande trabalho na EDP: uma delas era o Dr. Manso Neto, que tinha uma grande experiência de mercados e de modelos de risco; outra era o Eng.º Martins da Costa, que tinha passado pela EDP no princípio da sua carreira e

que ficou à frente da EDP no Brasil, que era outro dos problemas que a EDP tinha e do qual não falámos até aqui.

De facto, quando eu entrei, a EDP tinha dois grandes problemas: um era o de substituir os CAE pelos CMEC e o outro era a solvabilidade dos ativos no Brasil, mas essa é outra história que não consta desta vossa lista de pesquisa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, o Dr. Abel Mateus referiu nesta Comissão que esteve presente numa reunião com o Dr. Manso Neto sobre a questão dos CMEC...

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Pode ter tido uma conversa com ele sobre isso. Agora que esteve nas reuniões dos CMEC... Não me lembro nada disso. Eu também não estive, mas...

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Tudo bem. Mas que seja aqui novamente referido que, no contexto desta Comissão de Inquérito, já foi aqui mencionado isso.

Qual é que era, então, o papel do Dr. Manso Neto nesse processo? Era liderar essas reuniões tecnicamente? Do ponto de vista regulatório, qual era o papel do Dr. Manso Neto?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Era uma equipa que reunia as pessoas que referi... Não me lembro do nome de um outro diretor-geral, que também esteve envolvido, aliás, já estava envolvido quando entrei na EDP...

Portanto, eram quatro ou cinco diretores-gerais que, depois, dividiram entre eles o tema. E havia um papel muito importante desempenhado pelo jurista que apoiou a EDP, dando este desenho e esta informação jurídica e discutindo e percebendo o que estava a ser colocado pelo outro lado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Compreendendo eu, e até do ponto de vista económico, que o objetivo de qualquer empresa é a maximização do lucro, essa equipa tinha como objetivo que os contratos CMEC fossem os mais generosos possíveis para a EDP ou, do ponto de vista da EDP, quais eram as orientações que, enquanto presidente da EDP, dava a essa equipa?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Essa equipa tinha rigorosamente indicações — já referi isso e vou repeti-lo tantas vezes quanto for necessário — para garantir a neutralidade. E neutralidade quer dizer que a EDP não ganharia nem perderia e conseguia explicar isso aos investidores.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Em relação a essa neutralidade, em 2004, o regulador, o Eng.º Jorge Vasconcelos, analisou o decreto-lei que criou os CMEC de uma forma bastante demolidora, nomeadamente fazendo um conjunto de críticas em relação aos próprios CMEC.

Teve conhecimento desse relatório da ERSE?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — O relatório não foi público. Veio a lume na imprensa que esse relatório tinha sido entregue ao Governo — e tenho a ideia de que o Governo até nem o teria solicitado, a iniciativa foi do Eng.º Jorge Vasconcelos, e muito bem, pois se ele tinha uma divergência...

O Eng.º Jorge Vasconcelos era consultor na área da energia e na altura de dar apoio às entidades que estão a fazer a avaliação final da revisibilidade dos CMEC para...

Agora, que ele não estava de acordo conceptualmente com o modelo de CAE/CMEC, isso é outra coisa, e tem todo o direito de não estar. Sempre soube que ele, em termos de teórico e de especialista nesta área, não estava de acordo com o modelo CAE/CMEC. Posso confirmar isso, porque ele

disse-mo várias vezes. Só que isso é uma coisa; outra coisa é chegar à conclusão de que as contas estão mal feitas. E, se as contas estão mal feitas, é agora uma oportunidade de corrigi-las no momento da revisão.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Ainda em relação às contas, falava-se de uma rentabilidade inicial na casa dos 7,5%, mas, por exemplo, o estudo de Cambridge coloca essa rentabilidade na casa dos 14,2% – aliás, este estudo já foi sobejamente referido nesta Comissão de Inquérito. Aliás, o próprio Dr. Abel Mateus disse nesta Comissão que não há nenhum investimento, hoje, com esta rentabilidade na casa dos 14,2%.

O Sr. Engenheiro considera que, perante estes níveis de rentabilidade, claramente acima dos 7,5%, que eram expectáveis no início, mas que o próprio regulador criticava, essa neutralidade existia?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Em primeiro lugar, se me é permitido, essa entidade, que é um consultor privado, usa o nome «Cambridge Associates» para se identificar com a Universidade de Cambridge, quando, afinal, nada tem a ver com a Universidade de Cambridge, mas permite essa confusão que lhe dá uma credibilidade especial.

Eles intervieram, por encomenda do Prof. Abel Mateus, no tema da concorrência gás/eletricidade. Eu tive um frente-a-frente com eles, liderado pelo Prof. Diogo Lucena, na Autoridade da Concorrência, sob o tema gás/eletricidade.

Nesse debate, essa entidade fartou-se de dizer coisas que não estavam certas, que estavam, rigorosa e tecnicamente, erradas, sobre o setor elétrico português. Portanto, a credibilidade dessa entidade, ao ser invocada aqui a propósito de uma taxa de juro, é, para mim, relativamente diminuta. No entanto, é fácil comprovar isso, qualquer entidade pode comprovar isso, é fácil comprovar isso.

E volto a repetir: agora, quando for da revisibilidade, se estava previsto 7,5% e a rentabilidade foi de 14,2%, então, é altura de corrigir. Se no contrato está 7,5% e a rentabilidade foi de 14,2%, vamos corrigir!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, relembro que, por exemplo, em 2017, um estudo da ERSE sobre os CMEC — e esse estudo é conhecido — conclui que a passagem dos CAE para os CMEC deu um ganho extra à EDP, durante todo este período, de 510 milhões de euros, um ganho extra em relação ao que era expectável.

Como é que comenta essa situação?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Acho que é fantástico, porque agora vai haver oportunidade de reduzir o défice tarifário em 500 milhões de euros, porque a ERSE, aquando da revisibilidade dos CMEC — agora, quando fizer as contas aos 10 anos —, vai propor que esses 500 milhões de euros que a EDP cobrou a mais reentrem no sistema e permitam uma amortização mais acelerada do défice tarifário. Acho ótimo!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Então, sendo dessa forma, parece-nos óbvio que o equilíbrio não estava garantido.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Vamos ver, vamos ver...

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O estudo da ERSE, que é uma entidade reguladora, fala em 510 milhões de euros de diferença, Sr. Engenheiro!

Mas vários especialistas também descreveram o decreto-lei de 2004, dos CMEC, como blindado, ou seja, que, após a aprovação do decreto-lei, no final de 2004, existia pouca margem para fazer alterações.

Quando o decreto-lei esteve a ser preparado, alguma vez sentiu ou alguma vez a EDP participou que o contrato fosse blindado? Ou não foi esse o objetivo?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não, o objetivo era blindar o mais possível o contrato. Disse isso logo desde o princípio: o objetivo era o de blindar o mais possível o contrato para não permitir alterações retroativas que destruíssem a neutralidade económica da passagem de uma coisa para a outra.

Disso não tenho dúvida nenhuma! Esse era o objetivo e se não foi atingido falhámos.

Já agora, em relação a uma das referências que fez há bocado, há uma forma — não sei se já alguém falou sobre isso aqui e se essas contas foram feitas — relativamente simples de avaliar a neutralidade económica dos CMEC que é a seguinte: a Tejo Energia tem uma tecnologia muito parecida com a de Sines, uma potência mais baixa, portanto há um efeito de escala que tem de ser tomado em consideração, mas um qualquer especialista desta área consegue ver quanto é que a Tejo Energia cobrou ao longo destes anos, ajustando a escala, e quanto é que Sines cobrou ao longo destes anos. É comparar uma com a outra e ver quem ganhou.

Ganhou a Tejo Energia que ficou nos CAE e não abriu aos CMEC ou ganhou Sines, porque o CMEC estava mal feito e beneficiava o investimento? É uma forma pragmática e fácil de apurar uma conclusão. Não sei se não falaram nisto aqui ou se alguém já fez essa análise ou não.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, a abordagem sobre os CAE e sobre os CMEC e sobre os CAE iniciais também já foi largamente efetuada aqui, nomeadamente sobre a rentabilidade que os dois CAE iniciais tiveram, até, sobre os CMEC existentes e que é clara.

Mas voltemos a colocar-nos em 2004. Uma das pessoas que negociava, da parte do Ministério da Economia, o que já foi dito por vários intervenientes nesta Comissão de Inquérito, como o Eng.º Jorge Borrego ou o Prof. Abel Mateus, e o próprio também já o afirmou, era o Prof. Ricardo Ferreira.

O Prof. Ricardo Ferreira estava no Governo nessas reuniões preparatórias dos CMEC e terá sido contratado para a EDP em 2005, ainda com a presença do Sr. Engenheiro, sendo que, relembro, que já disse que discordava da passagem de alguém do Ministério da Economia para a EDP.

Mas o facto é que o Sr. Engenheiro era presidente. Pergunto: não acha que alguém que esteve presente na negociação da parte do Estado e que depois passou para uma empresa poderá colocar, no mínimo, alguns valores e alguns princípios em causa, nomeadamente o da independência.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Sim, não é o ideal. Já o disse, mas não me custa nada repetir.

Desculpe, Sr. Deputado, no preâmbulo da sua pergunta, referiu que já foi constatado que os CAE iniciais tinham uma remuneração que estava fora de propósito, mas foi aqui manifestado ou os Srs. Deputados manifestaram essa intenção de que esse contrato dos CAE iniciais não devia ser cumprido, ou devia ser nacionalizado, ou devia ser expropriado? É que ele pode ser alto, mas era o contrato que existia...

Como lhe disse, e não menti, não sabia se o Prof. Ricardo Ferreira tinha ainda entrado no meu tempo ou não, mas acho mal. Não me lembro das circunstâncias, devo ter participado... Mas não acho bem!

Acho que tem de haver... As pessoas vão aprendendo com a vida... Acho que tem de haver um período de nojo — não gosto muito da palavra —, tem de haver um período de um certo afastamento.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Durante o Governo de Pedro Santana Lopes, o Secretário de Estado era António Manuel Lancastre disse no Parlamento, em 2004, que, com a aprovação dos CMEC, as tarifas da eletricidade iam baixar, ou seja, que os consumidores iam ser beneficiados com os CMEC. Olhando, à distância, percebe-se que isso não aconteceu.

Como é que olha para estas afirmações de 2004, à luz dos dados de hoje?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Sr. Deputado, desculpe, percebe-se que não aconteceu? Mas já tem a certeza disso? Não aconteceu? Já fizeram a comparação entre o CAE da Tejo Energia com o CMEC de Sines para chegarem à conclusão de que o CMEC de Sines era mais desfavorável para o consumidor do que o CAE da Tejo Energia?

Só assim é que se pode, num preâmbulo, dizer: «já sendo evidente que foram piores para os consumidores...»

Não sei se essa análise foi feita, mas se o foi e chegaram a essa conclusão... Como disse, estou fora do setor já há muito tempo.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, é uma questão prática. Existiram declarações do Sr. Dr. Manuel Lancastre dizendo que os preços da eletricidade iam baixar, mas a primeira baixa da tarifa regulada na eletricidade aconteceu com este Governo em relação ao ano 2018.

Logo, essa afirmação foi irrealista, ou seja, os preços da eletricidade não baixaram com os CMEC.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Enfim, mas não tem nada a ver uma coisa com a outra, acho eu.

Isto porque os CMEC são um dos fatores dos preços da eletricidade, mas há muitos outros! Quem fez essa afirmação que a venha aqui explicar! Eu não a fiz!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Também já foram muito referidas algumas expressões como «embelezar a noiva», «engordar o porquinho», «fazer o modelito à medida», nomeadamente com o objetivo da privatização da EDP, nas várias fases da sua privatização, e de aumentar o valor à EDP.

Sentiu que esses contratos tinham esse objetivo de permitir que a venda da EDP tivesse melhores resultados? É que estas afirmações foram aqui repetidas por várias pessoas!

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Já referi que, quanto aos CAE, não sei. Os CAE foram, segundo percebi pelo que disse o Eng.º Mira Amaral, no Governo do Eng.º Guterres. Podem ter sido por esse facto, podem ter sido pela debilidade financeira da EDP, podem ter sido pelas duas razões. Portanto, não sei!

A partir daí, no meu tempo, a EDP já estava privatizada. Só faltava vender 25%. Portanto, o que era importante, depois da fase anterior da privatização, de 2000, em que os investidores se sentiram defraudados porque o modelo regulatório, assinado pelo Estado, que estava nos prospetos e que depois foi alterado unilateralmente e prejudicou o valor da empresa em mercado, era ter a certeza e garantir que isso não voltava a acontecer. Isso sim, mas não teve a ver com a privatização; teve a ver com o valor da empresa no mercado, com o valor da ação.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Relativamente a esta primeira ronda, coloco um último lote de questões.

O Sr. Eng.º João Talone, além de ter sido presidente da EDP, também tem um vasto conhecimento nesta área, nomeadamente com investimentos na área da energia eólica, posteriores à sua passagem pela EDP.

Aproveitamos a sua presença para lhe pôr um conjunto de questões. Parte das personalidades que vieram a esta Comissão de Inquérito vieram referir que a energia eólica e as energias renováveis são altamente subsidiadas, que isso criou o «monstro elétrico» e outras questões nessa matéria.

Como é que o Sr. Engenheiro, com a sua experiência, analisa os subsídios à energia eólica? É que só neste ano, e valores estimados, eles custaram na casa dos 560 milhões de euros. Isso tem a ver com o facto de, por exemplo, hoje já ser possível...

A Sr.ª **Presidente**: — Solicito que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Vou já terminar, Sr.ª Presidente.

Dizia se isso tem a ver com o facto de hoje já ser possível com o desenvolvimento da tecnologia a rentabilidade sem apoios aos consumidores. Considera corretos esses apoios aos produtores?

É importante percebermos o que pensa sobre este apoio da energia eólica.

A Sr.ª **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro para responder.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Este tema das renováveis transformou-se numa bandeira de tertúlia cá em Portugal. Portanto, há os a favor e há os contra!

Para já, em relação à minha posição, à cabeça, digo que houve custos demasiadamente elevados provavelmente, face ao que deviam ter sido, para

o consumidor, mas é algo em que a nossa geração vai deixar uma herança ultrapositiva para os nossos filhos. Devíamos todos sentir orgulho nisso e, enquanto País, devíamos defender que é esse o caminho que tem de continuar.

O subsídio a tecnologias não maduras deve ser feito de uma forma muito criteriosa. Todas as tecnologias, segundo as leis da economia, com capacidade instalada, vão declinando o custo médio do investimento por unidade de produção. A remuneração que deve ser dada em cada momento a essa tecnologia deve ter em atenção o necessário, e não mais, para fazer o *surf* dessa curva e permitir que essa curva amadureça e atinja a maturidade.

Em Espanha, houve uma brutalidade que foi, no caso das fotovoltaicas, lançarem-nas com tarifas de 400 € com uma data — o limite não era a potência, mas a data. Disseram: todas as fotovoltaicas que se ligarem à rede até dia, vamos supor, 30 de setembro, têm direito a esta tarifa. Foi de tal maneira que o subsídio pago às fotovoltaicas, num ano ultrapassou aquilo que estavam a pagar às eólicas.

Aquilo que eles fizeram, e que Portugal fez para as eólicas, que foi *surf* a tarifa... Aliás, a última tarifa que foi dada para as eólicas já andou à volta dos 70 €, creio, no concurso para a Galp, no concurso B, enquanto as primeiras tarifas eram à volta dos cento e picos. Portanto, houve um *surf* da curva.

Pode dizer-se que foi demasiadamente lento, que, se calhar, demos tarifas muito altas para a fase da maturidade. Talvez, não digo que não!

Mas, de uma forma abstrata, dizer que criámos um monstro elétrico... Prefiro dizer, de uma forma abstrata, que... No outro dia, o Secretário de Estado da Energia disse, numa entrevista na televisão, que daqui a dois anos, por várias razões, o défice tarifário, que já está a reduzir, acelera a redução e desaparece entre 2020 e 2022.

Ora bem, ele não referiu, mas estava, de certeza, na cabeça dele, que parte disso tem a ver com o facto de terminarem as tarifas mais altas das eólicas que começam a terminar no ano que vem, saindo os parques eólicos mais caros.

Concluindo, sou altamente favorável a que Portugal, que tem condições únicas, endógenas, de vento e de sol, seja um produtor privilegiado, dentro da Europa, de energias renováveis. Portugal deve defender, como, e muito bem, o Secretário de Estado fez, a interligação com a França, para permitir a evacuação física da energia, porque estamos a atingir, em Portugal e Espanha, o limite de produção de energia não evacuada dentro da Península Ibérica que é uma ilha energética.

Já agora, dentro daquela ideia de quem paga é o consumidor ou o contribuinte, no final de 2010, princípio de 2011, uns meses antes de terminar o Governo de Sócrates, o Secretário de Estado da Energia, na altura, o Prof. Zorrinho, fez um concurso de fotovoltaicas e mini-hídricas — estive a falar das fotovoltaicas que foram 140 MW —, com uma tarifa de 200 e tal euros por megawatt-hora que, na altura, já era alta demais, face ao estado da tecnologia.

O que é que aconteceu? Houve um concurso internacional, houve um leilão e houve um conjunto de operadores — apanhámos alguns — que foram ao leilão. A decisão era para quem pagasse mais, à cabeça, por aquela licença.

Bom, com isso, o Estado encaixou dezenas de milhões de euros. Onde é que está a contrapartida disso? Está nos CIEG! Portanto, parte do que está nos CIEG faz parte do monstro elétrico, pois nem tudo tem a ver com a ganância dos produtores e investidores das energias renováveis que vão sair como os grandes bandidos deste País!

Para onde é que foram as várias dezenas de milhões de euros? Tenho quase a certeza de que foram para o Orçamento do Estado, não foram para

abater o défice tarifário. Mas isto não aconteceu só com este Governo, aconteceu com vários Governos e em várias áreas. Porquê? Porque o País é débil, porque o País tem as contas muito débeis.

Houve permanentemente, nos últimos anos, trocas de *cash* à cabeça por rendas! Por isso é que o País está com a economia que está e não é só na área da energia.

A Sr.^a **Presidente**: — Concluimos, assim, esta inquirição por parte do Partido Socialista.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.^a Presidente, queria começar por cumprimentar o Sr. Eng.^o João Talone e agradecer-lhe o que até agora nos disse.

Começo, para registo, por lhe pedir que identificasse os seus atuais interesses no setor elétrico.

O Sr. Eng.^o **João Talone**: — Sr. Deputado, era para dizer isso ao princípio e esqueci-me. Tem toda a razão.

Neste momento sou acionista minoritário, com 11,3%, em seis centrais fotovoltaicas, de 2 MW cada uma e não tenho mais nada.

Já agora, só para completar: tive uma sociedade na área da promoção de fotovoltaica, mas já não sou sócio dela.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O Sr. Engenheiro chegou à presidência da EDP na sequência do estudo que referiu e que já foi aqui, hoje, bastante abordado. O estudo foi adotado pelo Ministério da Economia e, depois, foi rejeitado pela Comissão Europeia, mas este estudo é contemporâneo,

digamos assim, da diretiva europeia que estabelece a legalização do mercado elétrico e o fim dos CAE.

Pergunto: o seu estudo, ao definir uma reestruturação do setor energético, não contemplou as consequências da entrada em vigor da nova diretiva, nomeadamente a necessidade de fazer face aos custos de manutenção de equilíbrio contratual?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não nessa área. Considerou-as na área da liberalização! Essa era uma área muito técnica, muito específica, que não tinha qualquer impacto estratégico. Era uma área específica da remuneração dos ativos da EDP, portanto, nem estava muito dentro disso.

O que se assumia era que, por força da diretiva, as empresas ibéricas tinham de vender a energia no mercado.

Já agora, pela sua pergunta depreendi que...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Posso pôr a pergunta de uma maneira mais clara, desculpe.

Pergunto se, no seu estudo, partiu do princípio de que as condições contratuais dos CAE, que era suposto serem extintos, se manteriam no futuro.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Para dizer com franqueza, na altura, nem abordámos o tema dos CAE! Não foi tema! Era um dado adquirido que a EDP iria ter de competir no mercado com a sua energia.

Como não era especialista nessa área, nem sequer sabia o que teria de acontecer antes para que isso acontecesse.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, a remuneração dos CAE não estava garantida?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não era tema para mim! Nem sequer sabia o que isso da remuneração dos CAE.

Só entrei a fundo nesse tema, porque não era um tema estratégico, não tinha a ver com o setor... O que me disseram foi: «parta do princípio que, de acordo com a diretiva, a EDP vai ter de vender energia em mercado».

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Como é que, hoje, podemos conhecer esse estudo?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — É público. Saiu numa portaria.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Muito bem.

Quando chegou à presidência do conselho de administração foi acompanhado pelo Eng.º Pedro Rezende, que amanhã vai ser ouvido aqui na Comissão de Inquérito, com quem ainda hoje trabalha. Fundou com ele a Hyperion, se não estou desatualizado sobre este ponto.

Até então, ele era o vice-presidente da Boston Consulting Group (BCG) e enquadrava nessa consultora os Eng.ºs Miguel Barreto e João Conceição, além do Prof. Ricardo Ferreira.

Disse que, historicamente, era a EDP que abastecia o Estado de quadros na área da energia. Foi precisamente no seu tempo, na EDP, que isso parece ter mudado, porque passaram a vir desta consultora os principais quadros que vieram a ser determinantes na definição da política.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Quando fui para a EDP... Quando me convidaram pus como condição ser eu a formar a equipa e dei sete nomes — a equipa executiva eram cinco, incluindo eu — para dar oportunidade aos acionistas de chumbarem alguém que não quisessem.

Não vou dizer quem foram os dois que não ficaram, mas entre os sete nomes estavam: o Eng.º Pedro Rezende, o Eng.º Jorge Godinho, o Eng.º Navarro Machado e o Dr. Rui Horta e Costa. Todos eles com conhecimentos bastante profundos do setor elétrico. O Eng.º Rezende trabalhou muito, em vários países, no setor elétrico – esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: tive a oportunidade e o gosto de, depois de sair da EDP... Aliás, saímos todos na mesma altura, ficámos desempregados e, portanto, tínhamos de inventar aquilo que iríamos fazer! Então, com o Eng.º Rezende inventámos arrancar com uma empresa de fotovoltaicas, da qual, como disse há bocadinho, nos separámos há cerca de três meses. Ele continua, eu já sou mais velho... Ele tem a idade que eu tinha na altura em que começámos, eu tenho uma idade que constitui um perfil de risco diferente do perfil de risco dele, portanto, separámo-nos, cindimos a empresa e cada um ficou no seu caminho.

Aquilo que diz em relação às consultoras é verdade, mas não é só em relação há BCG, é em relação à McKinsey! Vá ver quantas pessoas da McKinsey estão na EDP hoje!

A diferença é que 10 anos antes de eu ter ido para a EDP iam buscar-se os professores à Faculdade de Engenharia do Porto. O mundo mudou e o recurso crítico, que há 20 ou 30 anos era a engenharia — que era a competência crítica da EDP, e muito boa, porque a EDP tinha os melhores engenheiros civis para cálculo de barragens, por exemplo, os melhores modelos de cálculo de barragens eram da EDP, nem sequer eram da faculdade —, passou a ser quem trabalhava nas áreas da estratégia e do planeamento. Parte dessas pessoas que estão nas consultoras, e que vão rodando, acabou por trabalhar na EDP, nomeadamente, como referi, vindas da McKinsey.

Posteriormente a mim, não sei, mas do meu tempo estavam lá, pelo menos, tantas pessoas como essas que referiu.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas eu não estava a perguntar sobre a EDP, estava a perguntar sobre o Ministério da Economia. Ou seja, os assessores que vêm a liderar este processo no Ministério da Economia, no gabinete do Ministro, no gabinete do Secretário de Estado e na Direção-Geral são quadros da Boston Consulting que, digamos, saem dessa leva que vem a ter este papel tão importante.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Isso já não sei. Isso aí é opção de quem os contratou!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O Sr. Engenheiro não teve nenhum papel na recomendação destes quadros da Boston Consulting para algum desses lugares?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não, não conhecia nenhum deles antes disso.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quem era o assessor jurídico que acompanhou a EDP nas negociações do decreto-lei?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não quero estar a fazer um falso testemunho, porque... Houve duas pessoas que trabalharam muito com a EDP... Não sei... Em termos temporais, não consigo localizar se trabalharam as duas nesta área...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Pode dizer quem são as duas!

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Vou dizer o nome das duas.

Uma delas, sei que é hoje administrador da Galp, foi o Dr. Rui de Oliveira Neves; outra, era advogado do escritório do Dr. Rui Pena — que já faleceu e que foi quem fez o modelo de regulação em Portugal no tempo da criação do sistema elétrico nacional. Penso que o escritório do Dr. Rui Pena, e ele pessoalmente, deu muito apoio e especializou-se nessa área.

Depois, este jurista foi para a Garrigues... e agora não me estou a lembrar do nome dele! Mas eu pergunto e depois digo-lhe.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Disse há pouco que, para aceitar o modelo dos CMEC, exigiu que houvesse pareceres de entidades independentes, que dessem garantias da estabilidade do mecanismo. Quais foram essas entidades independentes?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não me lembro de cor. Uma das grandes auditoras foi a Deloitte ou com a KPMG e um banco de investimento. Mas também é possível verificar isso, porque foi público, na altura, e a EDP tem lá isso! Eu não tenho, porque não tirei os documentos, mas a EDP tem-nos lá.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quem é que estava na reunião que houve na AdC (Autoridade da Concorrência), em 2004, sobre o documento da Cambridge Economic Policy Associates (CEPA)?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Essa questão está um bocadinho fora da nossa agenda, mas vou responder.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Estava a falar nos estudos da AdC sobre os CMEC?!

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não, não! Não tive nenhuma reunião com a Cambridge sobre os CMEC. Nenhuma! Era sobre eletricidade...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Então, fui eu que percebi mal...

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Era uma sala inteira. Foi pior, em termos de *stress*, do que esta audição!

Eu, não sendo um especialista na matéria, tinha lá os professores todos — que eu pensava que eram professores, mas não eram! —, na bancada, a desancar no estudo do gás e da eletricidade.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O Eng.º João Conceição e o Prof. Ricardo Ferreira disseram aqui que os CMEC vinham introduzir um fator de risco adicional em relação aos CAE, que era a entrada do mercado, que não era um sistema de pura continuidade e que existia aqui uma eventual desvantagem, uma situação de maior dificuldade. Aliás, é essa a tese ainda hoje defendida pelo Dr. António Mexia que diz que a EDP aceitou correr riscos que os CAE da Tejo Energia e da Turbogás não aceitaram.

Se era uma situação pior, por que é que a aceitou?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Vamos lá a ver: primeiro, até acho que o risco essencial não era esse! Acho que o risco essencial dos CMEC era o risco político de, de repente, haver um governo de esquerda neste País que, pura e simplesmente, resolvesse expropriar os CMEC. Se quer a minha opinião, é esta! E já ouvi esta opinião por aí!

Para mim, o risco não é o mercado, é o risco político, o risco de passar pela cabeça de alguém: «vamos expropriar este contrato... e, depois isto vai-se resolver no tribunal».

Para mim, esse é o grande risco, e é esse risco...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas acha que esse risco era maior com os CMEC do que com os CAE?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Era maior, obviamente. Os CAE já tinham sido consagrados.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Por que é que os aceitou, então?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Porque achei que tínhamos feito uma coisa à prova de bala e porque achei que o futuro de uma empresa não pode ser fechar-se no seu casulo e não evoluir com o mundo.

A EDP evoluiu imenso, como conjunto, porque passou a ser uma empresa muito mais aberta, muito mais vulnerável. Quando cheguei à EDP a tolerância ao risco era zero! Repito: zero! Falo na tolerância ao risco nas várias áreas: na área técnica, na área financeira, etc. Só não foi assim no Brasil, mas isso aí é diferente.

Porquê? Porque a EDP era uma empresa de engenheiros — e eu também sou engenheiro, engenheiro civil — e, por vocação, a tolerância ao risco do engenheiro é zero!

Uma das coisas que tivemos de fazer foi criar uma área de risco e definir, nomeadamente: quais eram as áreas da empresa em que era desejável que houvesse alguma tomada de risco e quais os limites dessa tomada de risco; e quais as áreas onde não poderia haver tomada de risco. Por exemplo, numa barragem há sempre risco, mas a tolerância ao risco é praticamente zero.

Por que é que aceitámos? Porque achámos que iria ser possível criar um sistema alternativo que tivesse tanta força que... Uma das coisas que foi

feita — e que foi pedida por mim, por indicação dos nossos juristas — foi uma lei que desse origem a este decreto-lei.

A lei dos CMEC foi aprovada na Assembleia da República e foi ao abrigo de uma lei aprovada na Assembleia da República que foi, depois, feito o decreto-lei de 2004, exatamente, para lhe dar força jurídica equivalente a uma lei da Assembleia da República.

Portanto, fez-se tudo o que foi possível... Daquilo que foi feito até eu sair, não tenho de reconhecer nada que tenha sido mal feito. Ou melhor, nem mal, nem bem; foi feito aquilo que tinha de ser feito!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Acha, então, que a renegociação que foi feita pela parte da EDP, em 2013, quanto à taxa de remuneração da parte fixa, foi uma transigência da parte da empresa em relação a essa blindagem que estava constituída?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não sei, não li, não me interessa. Quando vejo notícias dessas da EDP passo à frente.

Esse é um ciclo da minha vida que já se fechou. Tive de o reabrir para vir aqui — e estou aqui com todo o gosto! —, mas foi um ciclo da minha vida que já se fechou há muito tempo.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Voltando ao ciclo da sua vida: a extensão do domínio hídrico era uma contrapartida para a EDP aceitar este risco político adicional?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — O Sr. Deputado tinha saído quando falámos sobre isso aqui, mas eu já respondi há bocadinho, dizendo que, tanto quanto sei, isso não fez parte das negociações em que estive envolvido.

No estado em que estava o processo em 2006, e pelo que está na lei de 2004... O que está aqui previsto é que, quando terminar a concessão do domínio hídrico, os ativos passam para o Estado, pagando o Estado o valor económico desses ativos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Eu estava cá quando Sr. Engenheiro respondeu, o problema é que isso não condiz com os factos, porque foi em fevereiro de 2005, quando o senhor era presidente da EDP, que foram assinados os acordos de cessação dos CAE entre a EDP e a REN.

Na cláusula 2.^a do contrato, o que é escrito é que a produção de efeitos do acordo fica subordinada à verificação cumulativa das seguintes condições: concessão à REN dos direitos de utilização do domínio hídrico e subsequente subconcessão pela entidade concessionária da rede, a REN, a favor do produtor, a EDP, dos aludidos direitos de utilização do domínio público hídrico por prazo idêntico.

Pergunto: qual é o prazo correspondente à vida útil dos equipamentos? Nos acordos de cessação dos CAE já está inscrito explicitamente o prolongamento da extensão do domínio hídrico.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Mas isso, Sr. Deputado, é porque devia estar nos CAE. Se a vida útil técnica do ativo fosse mais longa do que o domínio hídrico, o domínio hídrico devia acompanhar o seu tempo, porque senão não vejo razão para...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Engenheiro, o que está previsto nos CAE é a possibilidade de prolongamento mediante procedimento concursal, porque era isso que determinava a lei geral em vigor.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Isso não tem fundamento no CAE inicial, Sr. Deputado?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não, Sr. Engenheiro, isto é adicional em relação ao CAE inicial. É uma inscrição nova, feita em 2005, que está também na decisão de Bruxelas, em que se refere que é esta segunda cláusula dos acordos de cessação que garante à EDP o direito à extensão do domínio hídrico.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não sei, Sr. Deputado, não tinha isso presente.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Engenheiro, decorre daqui que, na altura, enquanto presidente da EDP, ainda não dispunha de nenhuma espécie de valorização da extensão do domínio hídrico?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não, Sr. Deputado, tanto quanto sei, isso não foi valorizado, mas acho que podem pedir à EDP a documentação da altura e a avaliação que foi feita da solução CMEC mais mercado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O problema, Sr. Engenheiro, é que há uma polémica recorrente nos nossos trabalhos sobre qual é o momento em que foi decidida a extensão sem concurso da concessão do domínio hídrico e salta à vista que ela está explicitamente inscrita em acordos de cessação que foram firmados durante o seu mandato à frente da EDP.

O que queria saber era como é que esses acordos de cessação foram negociados, por quem, quando, em que reuniões... Enfim, quando é que estes acordos foram desenhados.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Tanto quanto sei, Sr. Deputado, isso foi entre a REN e a EDP, porque essas questões são entre a REN e a EDP. E não foi a última versão, porque isso voltou a ser renegociado, se não me engano, mais tarde.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Engenheiro, houve adendas posteriores mas, em fevereiro de 2005, assinaram-se estes acordos de cessação da barragem de Castelo de Bode, se isso lhe avivar a memória.

A minha pergunta é a seguinte: como é que foi negociado previamente entre as duas empresas o conteúdo destes acordos, em que ficou inscrita e contratualizada a extensão do domínio...

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Era o domínio hídrico de Castelo de Bode, Sr. Deputado?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não, Sr. Engenheiro, era o domínio hídrico de todas as barragens. Não tem isso presente?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não tenho presente.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não faz ideia de quem negociou os acordos de cessação, em nome da empresa?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Sr. Deputado, a equipa que referi há bocado foi a mesma que acompanhou os CAE e os CMEC. Foi a equipa que também acompanhou este tema da...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, Sr. Engenheiro, a aquisição de direitos contratualizados em relação à extensão do domínio hídrico não foi

tão valorizada na empresa que lhe tivessem transmitido a si essa informação, pelo menos que a retivesse.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Sr. Deputado, agora vou usar, pela primeira vez, a expressão que já foi usada aqui hoje: pelo menos que me lembre, não!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Engenheiro, a EDP apoiou o Governo no processo de negociação do decreto-lei com a Comissão Europeia?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Refere-se ao de 2004, Sr. Deputado? Não! Aliás, sobre essa negociação, houve dois governos: o Governo de Durão Barroso e o de Santana Lopes. Durante o Governo de Durão Barroso, tanto quanto sei, não houve praticamente interação entre o Governo e a Comissão, tendo havido mais interação do Governo com a Comissão durante o Governo de Santana Lopes, mas a EDP não acompanhou.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A EDP não acompanhou, Sr. Engenheiro? Não esteve nunca ninguém em Bruxelas para participar nestas reuniões?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — A diferença, Sr. Deputado... Estou a fazê-lo perder tempo, não vou dizer isto.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Faça favor, Sr. Engenheiro, temos todo o tempo.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Tive de ir a Bruxelas várias vezes por causa do tema da concorrência do gás e da eletricidade e a diferença entre a capacidade das empresas grandes portuguesas e, por exemplo, a das

espanholas, é que as empresas espanholas têm, em Bruxelas, equipas de 10, 15, 20 especialistas. A EDP não tem nada. Zero! Pôs lá uma pessoa, no meu tempo, a *part-time*, que ia e vinha, para acompanhar o processo.

Tive o apoio de todos os parlamentares portugueses, a começar pelo Bloco de Esquerda, pelo Miguel Portas, pelo Partido Comunista... Reuni várias vezes com os parlamentares portugueses.

A EDP não tinha ninguém para... Nem a EDP, nem a PT, ninguém! É esta a grande diferença e isto, claro, prejudica o País.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quem era a pessoa que foi para Bruxelas fazer esse trabalho?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Estou a ficar com um problema de nomes. Sei quem é essa pessoa, foi chefe de gabinete do *Chairman* António de Almeida durante quase um ano, portanto, por aí conseguem descobrir quem é. Estou a ver a pessoa à minha frente, não me lembro é, neste momento, do nome dela.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Pedro Vitória?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não. Ele também foi Diretor-Geral de Energia, antes de eu entrar para a EDP.

A Sr.ª **Presidente**: — Se se recordar, solicito-lhe que tente dizer à Comissão, por favor, Sr. Engenheiro.

Faça favor de prosseguir.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.ª Presidente, Sr. Engenheiro, passando para outro assunto e aproveitando a sua experiência enquanto pessoa com

um papel também muito importante na introdução das renováveis e no negócio das renováveis em Portugal, pergunto: enquanto estive na propriedade do Fundo Magnum, qual é que foi a taxa de rentabilidade das eólicas que pertenceram a esse fundo? Qual era a taxa de rentabilidade dessas companhias?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — A taxa que se induzia da tarifa, Sr. Deputado? Devia andar à volta dos 7% ou 8%, que arbitrámos de uma forma positiva, porque comprámos o ativo enquanto o dono estava em falência e, portanto, comprámos o ativo numa situação, digamos, de *stress*. Faz agora exatamente 10 anos, comprámos os ativos logo a seguir à queda da Lehman Brothers.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Então, teve uma rentabilidade ao longo destes anos acima da dos CMEC?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Teve uma rentabilidade superior.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Engenheiro, participou na negociação do Decreto-Lei n.º 35/2013 com o Secretário de Estado Artur Trindade?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Participei, Sr. Deputado. Aliás, a nível do Eng.º Vasconcelos, é uma das pessoas que considero mais bem preparadas tecnicamente no setor elétrico.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Como é que as eólicas se organizaram e se fizeram representar nessas negociações?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — É muito simples. Tínhamos uma comissão de acompanhamento que era constituída pela Iberwind, pela EDP e pelo fundo NovEnergia, que era a Generg — Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, acompanhados pela APREN (Associação Portuguesa de Energias Renováveis).

Estas três entidades juntas tinham, talvez, 60% ou 65% do mercado. Houve vezes em que o representante da Iberwind fui eu, outras vezes foi o meu colega do conselho de administração; da EDP, umas vezes foi o Eng.º Manso Neto, outras vezes foi outro colega dele nas renováveis e do fundo NovEnergia, umas vezes foi o Eng.º Carlos Pimenta, outras vezes foi o colega dele, creio que se chama Brandão Rodrigues, que era o CEO da Generg.

Éramos acompanhados pelo presidente da Associação, que fazia o interface com os outros produtores.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Engenheiro, foi decidida e começou a ser paga uma contribuição pela parte do setor. Quais foram as contrapartidas que foram garantidas pelo Governo em relação a esse pagamento e a esse acordo? É que conhecemos o decreto-lei, sabemos qual é a contrapartida em termos dos vários regimes que ficaram disponíveis, mas a questão é a de saber se a questão do sobreequipamento e da tarifa da capacidade de sobreequipamento foi parte das contrapartidas negociadas.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Que me lembre, não, Sr. Deputado. Que me lembre, esse era um tema que já tinha sido reivindicado pela APREN e que estava em discussão em paralelo, acho que já vinha até de trás.

O tema que foi negociado, especificamente aquele que referiu, tem a ver com a aplicação de uma taxa especial a todo o setor da energia, que ia abranger também o setor das renováveis.

A alternativa posta ao Governo foi a seguinte: se a taxa é aplicada, vamos todos a tribunal, onde isto se vai decidir, como foi o caso com a Espanha, que está a perder as ações todas em tribunal arbitral — e, como sabem, há três semanas, houve a iniciativa de pedir a penhora de 6000 milhões de euros de depósitos do Estado espanhol nos Estados Unidos, por parte dos advogados, para a execução da sentença, o que destruiu a imagem de Espanha junto dos investidores — ou, então, se queremos evitar isso, vamos tentar arranjar uma solução alternativa.

Portanto, ou o Estado aplica a taxa e vamos todos em conjunto para tribunal, ou arranjam uma solução alternativa que o evite.

Não interessava a ninguém o processo de tribunal e tentámos negociar em conjunto uma questão que permitisse trazer alguma vantagem para os produtores, a troco de eles pagarem voluntariamente uma quantia que não se chamava taxa mas era, digamos, uma contrapartida por essa vantagem.

A vantagem era haver uma extensão, julgo que por cinco anos depois de terminada a tarifa, de um regime tarifário especial em que havia um mínimo garantido, que eram 50 e tal euros ou 60 €, e um máximo que, creio, era à volta dos 90 euros.

Estes limites foram muito discutidos e foi muito tensa a discussão. O tema era fazer o *curve forward* dos preços da eletricidade, que é sempre uma coisa relativamente difícil de fazer, mas pedimos a consultores internacionais para, de acordo com os vários... É que a curva *forward* é um modelo ultra complexo, que tem a ver com as disponibilidades do petróleo, do gás, etc., e apontava que deveríamos ter um valor central mais alto. O Secretário de Estado não abdicou daquele valor e, como acho que já foi aqui dito, daqui a

10 anos é que se vai saber quem é que tinha razão. Hoje, está ele a ganhar bastante com o acordo que fez.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Engenheiro, só para ficar registado perfeitamente: disse-nos que não foi negociado conjuntamente o regime do decreto-lei com a tarifa de 60 € para o sobreequipamento.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Sr. Deputado, havia várias coisas que eu nem sabia! Havia várias coisas que a APREN estava a tratar com a secretaria de Estado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas foram negociações separadas?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Sim, paralelas.

A Sr.ª **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Já agora, deixe-me só corrigir uma coisa. Não estou livre de que amanhã o Presidente da APREN não diga que ele, particularmente, chegou a acordo com o Secretário de Estado sobre outras coisas ao mesmo tempo. Comigo não foi!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.ª Presidente, permite-me uma pergunta muito simples, que pode ser que me dispense da próxima ronda?

A Sr.ª **Presidente**: — Para concluir, Sr. Deputado, muito rapidamente, para haver igualdade em relação aos outros grupos parlamentares.

Faça favor.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Engenheiro, por que é que foi o único produtor eólico a aderir ao regime que só estabelece o *floor* e não estabelece o *cap*? Ou seja, havia quatro regimes, não é?! Quase todos os produtores aderiram ao primeiro, que tem uma base de 74 € e um teto de 95 €.

Segundo a informação que tive, posso estar errado, a Iberwind foi a única companhia que, com 400 MW, aderiu ao regime em que só é estabelecido o *floor* de 60 €. Aparentemente, essa opção só faria sentido — e agora estou a especular — com previsões de um preço de mercado acima de 95 €.

O Sr. Eng.^o **João Talone**: — Sr. Deputado, tínhamos previsões para esse mercado acima. Mas não me lembro disso.

O modelo que estudou a curva *forward* para os 5 anos apontava para preços de mercado superiores aos 90 e tal euros. Daí a dificuldade que houve em chegar a acordo.

Agora, para dizer com franqueza, não me lembro, porque a nossa ideia inicial era ir para a solução que todos seguiram e, se calhar, decidimos à última hora ir para outra via, mas já não me lembro. Se está a dizer isso, se lhe confirmaram isso, também consigo confirmar e é fácil de o fazer.

A Sr.^a **Presidente**: — Concluimos, assim, a primeira ronda desta audição e inquirição ao Sr. Eng.^o João Talone.

Vamos iniciar a segunda ronda, solicitando ao Sr. Engenheiro que tome as devidas notas no sentido de responder no final da intervenção de todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Para iniciar a segunda ronda, concedo a palavra ao Sr. Deputado Helder Amaral, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Engenheiro, queria começar por tentar precisar um tema que, por norma, não foi muito referido nas várias perguntas feitas, que é aquilo a que chamo «as portas giratórias» e o que deveria ser uma separação entre o privado, o público, os consultores, embora perceba que, como alguém já explicou aqui, o País é pequeno, falta mão-de-obra qualificada e, portanto, estamos sempre nesse ciclo vicioso.

Já confirmei e foi, de facto, o Sr. Eng.^o João Talone que contratou o Prof. Ricardo Ferreira, em Oviedo, ao abrigo de um programa que visava dotar a EDP, e isso parece-me correto, de gente qualificada, com mestrados e doutoramentos.

É verdade, é coincidente ou não, mas à data da concretização do Decreto-Lei n.º 240/2004, já no tempo do Ministro Manuel Pinho, há uma notícia que diz: «No dia em que a EDP foi governo», atribuindo à própria EDP e aos quadros que circularam de um lado para o outro a autoria deste instrumento legislativo, que nos levanta sérias dúvidas e que parece, até explicações em contrário, distorcer um pouco aquela que era uma boa ideia, que era apenas e só um contrato de equilíbrio contratual, ou seja, manter as condições à partida, independentemente do que veio a acontecer a seguir.

Gostava de lhe perguntar se alguém estragou a sua boa ideia, que era a de dotar a EDP de quadros competentes e, pelos vistos, o que conseguiu foi ser mesmo governo e ter no seio da EDP a génese do decreto-lei.

Queria perguntar-lhe sobre uma outra coisa que me respondeu, dizendo que tinha a ideia de que o pagamento do megawatt-hora era de 36 €. Foi, de facto, assim no início, mas eu tinha uma dúvida e já fiz essa pergunta a várias entidades e ainda não cheguei a perceber onde está o racional do problema, que é o seguinte: em 2006 não haviam nem CAE nem CMEC e temos notícia de que houve diligências na União Europeia para alterar o limiar do desencadeamento dos pagamentos dos 36 € para os 50 €/MWh, o

que acabou por ser, de facto —, no desenho inicial estava os 36 €, mas acabou por ficar a 50 €/MWh – e isso trouxe um benefício acrescido à EDP.

Gostava de perceber de quem foi a ideia, se foi algo discutido no seio da União Europeia, se foi algo conhecido no seio do mercado geral, ou se houve alguém, do governo ou dos gabinetes, que possa ter sugerido essa menção.

Depois, ainda sobre as *feed-in tariffs*, tem havido aqui muita gente que tem dito que não existe mercado concorrencial em Portugal. Já ouvi falar que 98% do mercado não é, já ouvi falar de 85%, e, no fundo, também não deixo de partilhar da sua opinião, não tenho da EDP nenhuma má imagem, acho que é uma empresa que nos merece todo o respeito, mas a verdade é que não parece normal num mercado, ou em qualquer setor, que os consumidores pagam praticamente tudo e quem quer entrar, os novos *players*, tenham, praticamente, uma barreira à entrada.

Gostava que me pudesse dizer alguma coisa também sobre isso.

Não sendo eu um especialista, mas já ex-ministros, gente que já pensou muito sobre essa matéria que diz que, de facto, a *feed-in tariff* e a manutenção dos CMEC são, no fundo, a origem do problema. Houve até quem dissesse que a partir dos 1800 MW de licenciamento começou o descalabro.

Orta, que queria que nos pudesse dizer — e tenho presente que há enormes ganhos e evidentes vantagens em termos um *mix* de energias renováveis —, como diz Mira Amaral e também outros entendidos, que se ter as *feed-in tariffs* ao mesmo tempo que mantemos CMEC nas centrais de *backup* é onde está a origem das rendas excessivas e a distorção do mercado.

Portanto, cumprindo o tempo que gastei a mais na primeira volta, terminava por aqui.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, muito obrigado pela sua colaboração.

Passo, de imediato, a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ao Sr. Deputado Bruno Dias.

Queira ter a gentileza, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Eng.^o João Talone, há pouco questioneei-o acerca da contradição para nós entre rendas garantidas e lucros garantidos por via de contratos de aquisição de energia num contexto de liberalização de mercado, etc., como era apresentado e foi, e o Sr. Engenheiro respondeu remetendo para investimentos que, na verdade, não estavam amortizados de todo.

Não entrando na discussão, um por um, de todos os investimentos que pudessem não estar totalmente amortizados – e aí sempre podemos fazer a comparação, a imagem do motor de arranque para o carro que já está a andar, mas isso já é outra questão, porque a decisão e o racional de investimento é muito anterior à existência, sequer, de contratos de aquisição de energia –, a verdade é que não se pode deixar de sublinhar que para todas as centrais da EDP, toda a produção de energia da EDP abrangida por esses contratos de aquisição de energia e, posteriormente, pelos CMEC, em vários casos estavam muito longe, já estavam muito, muito, muito para além do momento em que o investimento estava feito, pago e mais do que pago. Nem vou ao caso da Barragem do Castelo de Bode, mas até podia perguntar-lhe que investimentos estavam ali a ser induzidos por amortizar pelo CAE de Castelo de Bode, ou do Alto Douro todo por ali acima...

Portanto, há alguma coisa errada na leitura que faço do argumento que o Sr. Engenheiro aqui nos trouxe e a questão central, pensando um bocadinho fora da caixa em relação aos contratos, eles próprios, é que com estes contratos, com os outros, com os CMEC, com a PRE há sempre, a verdade é

esta, receita garantida, lucro garantido num contexto que é apresentado e propagandeado como liberalizado, de mercado, etc., que o mercado resolve e o mercado faz, a gente é que paga.

Ainda sobre a questão do processo de extinção dos contratos de aquisição de energia, que é no momento em que o senhor estava a exercer funções de presidente na EDP — e já nos informou sobre os consultores que foram envolvidos neste processo e o apoio jurídico e de consultoria que foi aqui referido pelas suas respostas —, gostava de lhe colocar uma questão concreta sobre o próprio Decreto-Lei n.º 240/2004 e o processo que levou à sua aprovação em Conselho de Ministros, já depois da própria discussão, aqui na Assembleia, da alteração legislativa e mesmo antes dessa discussão parlamentar, digamos, o próprio processo e as interações que existiram com a Autoridade da Concorrência, com a Entidade Reguladora e o envolvimento que a própria EDP, sob a sua direção, teve nessa discussão, digamos assim.

Outra questão: foi sob o seu mandato que a EDP passou a dar mais atenção ou a dar atenção à produção de energia de fontes renováveis, nomeadamente a eólica? Pode afirmar-se isso? E, nesse caso, por que razão considera que a EDP não tinha avançado com esses investimentos? Que avaliação havia do uso dessa tecnologia sem apoios do Estado? E que sugestões fizeram, enquanto EDP, ao Ministro da Economia Manuel Pinho sobre o tema?

Penúltima questão sobre o plano nacional de barragens de elevado potencial, quem é que desenvolveu, quem é que gizou este plano? Foi no âmbito da EDP ou não? Em todo o caso, que avaliação foi feita desse plano nacional de barragens e da sua distribuição por diversos produtores? E, já agora, o que pensa o Sr. Engenheiro do facto de um número significativo dessas barragens ter ficado por construir?

Última pergunta: relativamente ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), que tem a ver com os negócios que envolveram a

componente hidroelétrica quanto à apropriação, compra, pela EDP da componente hidroelétrica e aquilo que, na verdade, veio a ser uma segmentação da perspetiva económica integrada que era o próprio empreendimento de fins múltiplos ele mesmo, ou seja, a cedência da Barragem da Aguieira à Iberdrola, a componente hidroelétrica e aquilo que acabou por separar o conjunto de investimentos envolvendo Alqueva, isto foi iniciado e desenvolvido sob o seu mandato? E se sim, qual foi a lógica dessas opções e qual o interesse da EDP no largar mão da Aguieira?

A Sr.^a **Presidente**: — Passo, de imediato, a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao Sr. Deputado António Topa.

Faça favor, a palavra é sua, Sr. Deputado.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Engenheiro, gostaria de lhe falar um bocadinho sobre o Decreto-Lei n.º 35/2013, da extensão do prazo das eólicas.

As questões que lhe queria perguntar são as seguintes: o Sr. Engenheiro sabe, por exemplo, qual é o preço de mercado — hoje em mercado, hoje —, do megawatt-hora?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Ronda os 73 €, julgo eu!

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Engenheiro, desculpe, mas não me pode responder agora, porque a minha intervenção é contínua.

Um dia destes ouvimos referir expressamente que a energia em mercado subiu cerca de 20 €/MWh. ... Há vozes que afirmam — e dizem que é de acordo com amostragens — que o Estado, os consumidores vão ter um prejuízo de 1000 milhões de euros com a extensão desse decreto-lei.

A questão que se põe é a seguinte: o Sr. Engenheiro sabe qual é o preço, hoje, sabe que esta extensão foi feita com base em valores do mercado mais ou menos da altura, os valores já têm estado mais baixos, mas, como referi há pouco, a energia subiu em mercado, não se sabe porquê, os reguladores estão a estudar, estão a analisar, 20 €/MWh recentemente.

Pergunto: o Sr. Engenheiro pode afirmar qual será o preço do megawatt-hora em 2021? O Sr. Engenheiro está de acordo com a afirmação que diz que em 2021, entre 2017 e 2021, os consumidores e o Estado terão um prejuízo de 1000 milhões de euros?

Falando de outra coisa, não sei qual é a impressão, o conceito que o Sr. Engenheiro tem dos reguladores e da forma deles atuarem. Eu, sinceramente, nesta Comissão, pelo que ouvi dos reguladores e da atual Presidente da ERSE, posso dizer que fiquei bastante desiludido, muitas vezes, com os pareceres que elaboram, porque, muitas vezes, são pareceres — e já fomos aqui confrontados com algumas situações — que não são devidamente elaborados, são pareceres que apontam, que preveem... e, muitas vezes, nada é certo.

Ora, eu gostaria de saber qual a sensibilidade que tem sobre a capacidade de atuação da ERSE: se a ERSE é uma entidade ativa, atuante ou se, geralmente, reage quando há um problema ou quando vem alguma coisa na comunicação social.

A razão pela qual lhe coloco esta questão é a seguinte: a ERSE elaborou um parecer sobre os CMEC, em 2004, em que considerava que existiam quatro situações que representavam para os consumidores de energia um sobrecusto dos CMEC face aos CAE no montante de 840 milhões de euros. Isto era o que a ERSE dizia no seu parecer.

Na audição do Sr. Prof. Jorge Vasconcelos e do Prof. Vítor Santos, ambos ex-presidentes da ERSE, no período analisado por esta Comissão, quando questionados sobre esta matéria — sobre um sobrecusto que podia

onerar os consumidores em 840 milhões de euros — referiram expressamente que estas quatro situações não se verificaram.

Portanto, o que terá levado a ERSE a elaborar um parecer tão crítico ao ponto de ter sido referido como a razão dos CMEC, sendo que 10 anos depois se confirmou que nenhum dos sobrecustos identificados e quantificados se verificou efetivamente?

Portanto, volto a colocar-lhe a questão: Sr. Engenheiro, qual é a sua opinião relativamente a estes relatórios da ERSE?

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Bruno Dias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, quero cumprimentar, novamente, o Sr. Eng.º João Talone.

Quero colocar-lhe uma primeira questão, que tem a ver com o Dr. Pedro Rezende — já aqui foi especificado que trabalhou consigo na administração da EDP e também o relacionamento de longo prazo que tem com ele — e com o facto de o Prof. Ricardo Ferreira, na passada sexta-feira, nesta Comissão, ter referido reuniões que, enquanto adjunto no Governo, na altura, teve com o Dr. Pedro Rezende sobre esta matéria dos CMEC.

Queria perguntar-lhe se o Dr. Pedro Rezende tinha, da sua parte, alguma incumbência sobre esta matéria.

Em relação aos CMEC — já questionámos sobre quem esteve nas reuniões, quem não esteve, nomeadamente o Dr. Manso Neto —, gostaria de perguntar-lhe se o Sr. Engenheiro teve diretamente alguma reunião com algum primeiro-ministro sobre esta matéria, nomeadamente com o Dr. Durão

Barroso ou com o Dr. Pedro Santana Lopes, na altura da preparação do decreto de lei de 2004.

Ainda voltando ao estudo da ERSE, de 2017, de que há pouco falávamos, que refere os 510 milhões de euros que os CMEC permitiram de ganhos extra à EDP, esse estudo diz que desde o princípio o decreto-lei estava mal feito, era favorável à EDP.

O Sr. Engenheiro já aqui tentou demonstrar o contrário, mas, por exemplo, uma das críticas que foi feita por vários reguladores, pela Presidente da ERSE mas também por todos os ex-presidentes da ERSE aqui ouvidos, é a de que o decreto-lei em causa tentou tirar poder à ERSE.

Também gostaria de o questionar sobre esta matéria e perguntar-lhe se existiu ou não uma tentativa de tirar poder ao regulador.

Sobre a questão da Comissão Europeia e da existência ou não de auxílios estatais, já aqui assistimos a várias opiniões, nomeadamente do Eng.º Sampaio Nunes e do Dr. Abel Mateus, que vão um pouco no sentido da existência de auxílios estatais que a Comissão Europeia deveria ter impedido.

Gostaríamos de saber se acha que a Comissão Europeia agiu bem e também lembrar que o próprio parecer da Comissão Europeia é todo ele muito crítico em relação aos CMEC, mas depois, na sua parte deliberativa, resolutive, acaba por dar um parecer favorável ao mesmo procedimento.

Por isso, gostaríamos de saber qual a sua opinião sobre esta matéria, nomeadamente se, depois das queixas posteriores de um conjunto de cidadãos em relação aos CMEC, que são conhecidas, acha que elas não têm razão de ser.

Em relação às «portas giratórias», tema que já aqui foi muito abordado — eu próprio, na intervenção inicial, também já falei sobre o Prof. Ricardo Ferreira e também acerca de outras pessoas —, o Sr. Engenheiro disse que se fosse hoje não iria buscar alguém que estivesse como adjunto no Governo,

e eu queria perguntar-lhe se esta proximidade em relação a um conjunto de consultores que trabalham para os privados e para o público, ao mesmo tempo, não acaba por permitir alguma promiscuidade, ou algumas relações que podem não ser as mais transparentes, e levantar algumas dúvidas. Já aqui foi referido, nomeadamente pelo Eng.º Conceição, que, nomeadamente, a Boston Consulting, a BCG, trabalhava por vezes para o privado, por vezes para o público.

Queria perguntar-lhe se, na sua opinião — e também pela sua experiência, pois, obviamente, ao longo dos anos certamente foi percebendo um conjunto de situações —, acha que isso é correto e se estamos a defender o interesse público.

Uma última questão: quando terminou o mandato admitiu que o único objetivo que tinha ficado por cumprir tinha a ver com a estratégia para a reestruturação do setor energético português, nomeadamente a sua implicação com a dimensão ibérica — aliás, eu encontrei notícias nesse sentido.

Pode concretizar-nos melhor qual era a estratégia e onde acha que esse pressuposto falhou, como, por exemplo, já aqui foi hoje referido, com as interligações com Espanha, mas também no caminho que estamos a fazer para França?

Na sua intervenção de há pouco referiu também a diminuição do défice tarifário, que hoje está na casa dos 3,6 mil milhões de euros, quando estava na casa dos 5000 milhões de euros no início desta Legislatura.

Obviamente que é um trabalho que está a ser feito, assim como também o das interligações, mas queria perguntar-lhe se esta matéria tem a ver com o reforço do próprio MIBEL, se tem a ver com o reforço das interligações, se pensa que foi isso que falhou.

O Sr. **Presidente** (Bruno Dias): — Presumo que o Sr. Deputado Jorge Costa, do Bloco de Esquerda, ainda pretende usar da palavra.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sim, Sr. Presidente.

Queria desenvolver apenas dois temas dos que hoje abordámos e agradecer ao Sr. Eng.º João Talone as respostas que deu, algumas delas bastante esclarecedoras.

Em primeiro lugar, queria regressar à questão dos acordos de cessação dos CAE e fazer apelo à sua memória, uma vez mais.

Ao verificar-se que foi introduzida, nestes acordos, uma cláusula que é tão importante para a EDP, do ponto de vista estratégico, ou seja, a possibilidade de estender por 25 anos adicionais a concessão do domínio hídrico a favor da empresa, sem concurso, e isto não é uma pequena coisa, pois estamos a falar de uma quarta parte da capacidade produtiva que existia em Portugal naquela altura, como é que o presidente da EDP, que é uma das destinatárias desse acordo, não consegue lembrar e trazer ao presente a forma como esses acordos foram negociados naquele contexto?

Dir-me-á: «Bem, foi uma negociação contemporânea da negociação do Decreto-Lei n.º 240/2004, foi feita pela mesma equipa e no mesmo contexto». E é possível que assim seja, porque o decreto-lei foi concretizado no final de 2004 e estes acordos celebraram-se no início de 2005, portanto, foi certamente no mesmo quadro negocial que a coisa aconteceu. Mas o facto é que aconteceu.

A pergunta que queria fazer-lhe é esta: que papel teve essa extensão, ou a garantia dessa extensão no futuro, na aceitação, por parte da EDP, das condições do Decreto-Lei n.º 240/2004?

A segunda questão que lhe queria colocar é a seguinte: na negociação havida, em 2012, entre os produtores eólicos e o Governo, ficou estabelecida,

como já vimos, uma tarifa fixa atribuída à potência adicional resultante do sobreequipamento de centrais eólicas em funcionamento. Em 2013, o Sr. Engenheiro investiu 90 milhões de euros em sobreequipamento das centrais que possuía naquela altura. Qual foi o benefício?

O preço médio de mercado, naquela época e nos anos subsequentes e até agora esteve sempre abaixo desses 60 €. Pergunto-lhe se essas centrais ainda beneficiam da tarifa de 60 € na parte da produção resultante do sobreequipamento e qual foi o ganho, relativamente à venda em mercado, dessa produção adicional que resultou do decreto-lei do Secretário de Estado Artur Trindade.

O Sr. **Presidente** (Bruno Dias): — Sr. Eng.º João Talone, tem agora a palavra para responder ao conjunto das questões colocadas.

Apontamos para 25 minutos, como referência, para responder ao conjunto das questões.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Às 19h00 estaremos a ver o Porto a jogar!

Bom, isto é um bocado como as cerejas, vêm umas atrás das outras, mas vou tentar.

As primeiras questões foram apresentadas pelo Sr. Deputado Hélder Amaral. Sobre as «portas giratórias», contratos em Oviedo — disse Oviedo, não disse? —, não me soa. O que me soa aqui — e isto tem a ver com outra questão que me puseram adiante, sobre a competência dos reguladores, a que voltarei depois — é que quando foi criada a ERSE ela não só foi buscar as melhores pessoas à EDP e à REN, porque tinha autonomia financeira, tinha autonomia para fixar os vencimentos, não tinha limites para os fixar e podia competir no mercado, e, assim, não só foi recrutar gente com muita qualidade, como mandou muita gente de muita qualidade tirar mestrados e doutoramentos na área da regulação.

Quando cheguei à EDP vi que a EDP, na área da regulação, tinha uma equipa que não tinha a qualidade da equipa da REN e, em conversa com o Eng.º Jorge Vasconcelos, disse-lhe: «Vamos fazer uma aposta: antes de me ir embora vou deixar aqui uma equipa com, pelo menos, tantos doutorados e mestrados como tu tens, porque a EDP não pode deixar de investir nesta área, da mesma maneira como há 10, 15 ou 20 anos investiu na área da engenharia. Hoje tem de investir na área da regulação, dos mercados e do risco».

Portanto, de facto, estabelecemos um programa interno não só para a admissão de gente, como para enviar essa gente para fazer mestrado em regulação para a Kennedy School, ou para outros sítios. Isto já me soa a qualquer coisa.

Vamos lá a ver, não estou aqui a retirar-me da responsabilidade, viram que foi genuína a minha indecisão sobre se ele tinha sido admitido por mim ou não, mas não acredito que ele tenha entrado sem o meu conhecimento. Se entrou durante o meu período não acredito que tenha entrado sem o meu conhecimento, não entrou, de certeza absoluta.

A única atenuante que eu posso ter é que ele tenha sido, de facto, um consultor externo a prestar serviço ao ministro e que não tenha feito parte do meu gabinete. Mas não sei mais do que isto e volto a dizer que, apesar de ser difícil em Portugal, estas rotações não são boas...

Já agora, deixem-me dizer uma coisa: quando cheguei à EDP eu tinha 12 consultores séniores, que ocupavam um andar inteiro, com chofer e secretária, que tinham sido ministros do Partido Socialista e ministros do PSD!

O Sr. **António Topa** (PSD): — Só falta do Bloco de Esquerda e do PCP!

Risos.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Isto só para ver a história das «portas giratórias»... Se a empresa fosse estatal eu também não estaria de acordo, mas seria uma situação diferente. Uma empresa que já estava mais do que três quartos privatizada e que ia fazer um esforço de redução de pessoal — porque nós tivemos de rescindir 2000 contratos, e as pessoas que aqui estão, das várias orientações políticas, podem perguntar a colegas que lá tenham qual a opinião com que ficaram e como foram tratadas, por mim e pela minha equipa. Foi um esforço brutal, ultra sério, quase desumano, ao limite — e pus como condição que não começaria a reduzir pessoal sem primeiro rescindir esses 12 contratos com ex-ministros do PS e do PSD. Falei com eles um a um e chegámos a acordo. Não houve um único problema e as pessoas saíram.

Portanto, isto de «portas giratórias»... Não estamos no céu nem estamos no inferno; se calhar, eu estou no purgatório, por causa dessa admissão que, pelos vistos, fiz enquanto Presidente da EDP.

«Alguém estragou uma boa ideia?», perguntam-me. Francamente — e estamos a falar no campo da teoria, ou da teoria da conspiração —, não acho que alguém tenha estragado a ideia nem que tenha havido alguém mais papista do que o Papa. O «Papa» era eu e eu não sou especialista, mas pus uma enorme pressão sobre a equipa, em como não podíamos ser acusados de ter destruído valor para os acionistas com o novo esquema que ia ocorrer. Reconheço isso.

Em relação aos 36 €/MWh ou 50 €/MWh, isso tem a ver com o seguinte: no fim é indiferente, porque o CAE é igual ao CMEC mais o mercado, portanto o CMEC é igual ao CAE menos o mercado. Se o mercado estiver fixado em 36 € e estiver a pagar 50 €, então, a EDP estará a receber, por avanço, demais e quando chegar ao final do ano terá de devolver isso ao sistema elétrico nacional. Provavelmente, o que deve ter acontecido nessa

altura era que o mercado já não estava a 36 €, mas a 50 €, ou à volta disso, porque, mais tarde — eu já não estava lá —, houve um outro movimento de redução do montante do CMEC, por iniciativa da EDP, que não foi nenhum budo aos pobres, foi apenas reconhecer que o mercado já estava a pagar mais do que o que estava no CMEC que estava em vigor.

Como digo, há aqui um diferimento temporal, mas o que está previsto no mecanismo é que é corrigido de forma a ser neutro.

Sobre as *feed-in tariffs*, sobre os consumidores pagarem tudo e sobre os *players* que têm barreiras à entrada, quero dizer o seguinte: os *players* não têm barreiras à entrada. Hoje, a entrada no mercado português é, diria, quase livre; têm é o risco de mercado.

Em fotovoltaica, o secretário de Estado — em minha opinião, bem — considerou que já não era necessário fixar a tarifa para ganhar maturidade na tecnologia e, neste momento, só está a dar licenças de ligação a quem... Há bocado, referiu essa minha ligação. Ainda estava na EDP, fizemos o primeiro contrato na Península Ibérica, tripartido, entre um investidor, o promotor, que éramos nós — aliás, era quadripartido —, a PPA, o contraparte, que comprou a energia, que era uma elétrica suíça, e o banco que financiou.

Foi a primeira vez que um contrato destes foi feito na Península Ibérica, mérito dos meus colegas, porque eu trabalho pouco nestas coisas, eles é que têm o mérito todo. Mas foi a primeira vez que foi feito!

Se os concorrentes quiserem entrar no mercado, podem fazê-lo. Hoje já há interligações; a interligação entre Portugal e Espanha — e estou a falar sobre uma coisa que não domino totalmente — já é relativamente potente para garantir a concorrência ao produtor português, com a transferência física da energia de Espanha para Portugal, ou vice-versa. Não é o mesmo em relação a França.

Em relação a França, a Península Ibérica vive numa ilha energética. Por exemplo, neste contrato, que há bocado referiu, que foi feito com uma

elétrica suíça, não há entrega física de energia, mas há um limite para isto, que é o mercado ibérico já não absorver mais energia feita por estes produtores, que a evacuam mas não a entregam fisicamente. Portanto, é a chamada entrega virtual de energia.

Quanto ao que disse o Deputado Bruno Dias, vamos entrar numa polémica, porque a língua portuguesa e as expressões técnicas são muito ricas. Diz-me que «o investimento está totalmente amortizado» e eu digo «o investimento não está totalmente amortizado». Porque é que temos ambos razão ou, provavelmente, teremos ambos razão? Porque, quando diz que o investimento está totalmente amortizado, está a falar na perspetiva da amortização técnica do investimento; quando eu digo que o investimento não está totalmente amortizado, estou a falar na perspetiva da amortização económica do investimento.

A amortização económica do investimento, se o contrato foi feito, naquela altura, com um custo de capital de, vamos supor, 7%, ou 6%, ou seja o que for, só termina no dia em que termina o contrato. Portanto, financeiramente, o investimento não está totalmente amortizado; tecnicamente, é provável que tenha razão e já estará totalmente amortizado.

Portanto, há aqui esta discrepância entre o conceito de amortização técnica e de amortização económica. Daí que se diga que, se um contrato está tecnicamente amortizado, permite a expropriação económica desse contrato, já não estou de acordo!

O lucro garantido, mesmo em mercado liberalizado, foi uma das coisas que referiu, que foi umas das críticas... Isto é relativo, mas reconheço que passar de um regime de CAE para um regime de mercado é uma quadratura do círculo, em determinada medida. Reconheço isso! Porquê? Porque o operador que está a vender a energia livre no mercado está, por outro lado, a ser compensado no CMEC, pelo eventual prejuízo que tenha na venda dessa energia. Não vamos estar aqui a enganar ninguém!

Foi o modelo que se encontrou. A alternativa a isto era não ter aberto os CAE e não cumprir a diretiva. Aliás, a explicação que a Turbogás e a Tejo Energia deram para não aderir ao CAE foi que os seus investidores estavam especializados em investir exclusivamente em ativos regulados com remuneração garantida. E, de facto, o portfólio deles era assim; venderam tudo o que eram ativos em mercado, antes disto, e só tinham ativos regulados com remuneração garantida. Também é uma boa explicação — eu também gostava, dependendo da remuneração.

Quanto à interação que houve com as autoridades governamentais no processo legislativo de 2004 — alguém me fez essa pergunta —, não sei porque é que nunca me perguntaram se não tinha falado com o Primeiro-Ministro Sócrates.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Porque a pergunta era sobre o Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de dezembro.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Está bem! É que me perguntaram se tinha falado com o Primeiro-Ministro Durão Barroso, com o Primeiro-Ministro...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não perguntaram, mas pode responder.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não, não falei com nenhum: zero! Enquanto estive na EDP, falei em conversas de corredor. Fui com o Primeiro-Ministro duas vezes a África, nessas viagens de... Isto é o que tenho a dizer sobre o tema dos CAE e dos CMEC, etc.

Sobre as barragens de alta produtividade, vou contar um bocadinho de história, a ver se ficamos arrumados neste ponto.

Quando cheguei à EDP, tirando a Venda Nova II, que tinha sido inaugurada pouco tempo, e a das artes rupestres, que tinha sido paralisada, não havia nada nem projeto nem em construção para a parte hídrica.

Volto a dizer que não sou especialista mas, em termos estratégicos, sendo um recurso endógeno, achei que não fazia sentido a EDP não ter estudado qual era o potencial hídrico que ainda havia por explorar no País. E era em mercado, porque já não havia CAE. Mal ou bem à minha conta – e eles agora estão a pagar essas decisões e, por isso, se calhar, foi mal —, acabámos as centrais de ciclo combinado do Carregado e fizemos as centrais da Figueira da Foz, ambas em mercado.

Portanto, fiz muito mais investimento em mercado e não fiz nenhum em CAE. Se calhar, eles estão furiosos comigo por tê-lo feito, não sei!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Eles?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Eles, a EDP. Nunca mais falei no assunto.

De facto, na altura, pedi para ser feito um estudo sobre os vários fios de água e o que ainda podia ser aprovado.

Vou dar-vos um exemplo: o Tejo Internacional. Isto já foi tudo inaugurado depois de eu sair, portanto, estou à vontade.

Não sei se já visitaram com pormenor o Tejo Internacional todo. O Tejo Internacional — é a zona do Tejo onde, de um lado, está Portugal e do outro está Espanha — resultou de um acordo entre Portugal e Espanha, do princípio do século XX, em que nas zonas mais inclinadas do Tejo estão as barragens espanholas e nas zonas menos inclinadas estão as barragens portuguesas e em que a primeira barragem é espanhola, da Iberdrola, e a última barragem também é espanhola e esta bombeia para Espanha, e por dentro de Espanha, para um lago enorme — entrei em Espanha, de helicóptero, durante a noite, para o ver — com as eólicas da Iberdrola e a

água volta a percorrer o mesmo percurso, não entrando no Tejo nacional. Faz parte do acordo que eles têm de garantir um caudal mínimo para o Tejo nacional, que é controlado e que, esperemos, esteja a ser cumprido.

O que é que acontecia em parte das barragens portuguesas? Parte das barragens portuguesas tinham, por exemplo, espaço para três turbinas e só tinham uma. A água passava, só essa turbina é que turbinava e o resto da água passava direta para a cascata a seguir; depois, chegava às barragens espanholas e era turbinada a 100%; depois, voltava a haver uma barragem portuguesa e tinha um buraco para uma parte da água passar...

E o que decidimos foi em mercado, e porquê em mercado? Isto tinha de ser em mercado, porque o CAE não permitia fazê-lo e a EDP não tinha cultura para fazer coisas fora dos CAE. Fez algumas coisas dentro dos CAE, por exemplo, em Sines, estava previsto no CAE e no CMEC toda a parte do impacto ambiental dos...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Foi pago por nós!

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Foi, claro, mas isso estava previsto!

Se quiséssemos fazer as turbinas que faltavam no Tejo Internacional, tinha de ser em mercado. Fizemos um estudo económico sobre isso e mandámo-las fazer; foram inauguradas, estão lá, pintadinhas de amarelo e de encarnado, e, hoje, estas barragens estão a turbinar na totalidade.

Isto para vos explicar que, de facto, havia muita coisa na área hídrica que não estava a ser explorada nem utilizada. Alguns destes projetos tinham viabilidade em mercado e foram mandados avançar: alguns, tinham de ir a concurso e foram a concurso; outros, já faziam parte do domínio da EDP.

Quanto ao Alqueva, foi uma situação estranha porque a EDP tinha a gestão de operação e a propriedade era da EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.).

Eu já não estava lá mas, a certa altura, quis fazer-se um aumento de potência, havia capacidade para o fazer — acho que foi no tempo do Ministro Pinho — e houve uma decisão, e já não me lembro se ainda lá estava ou se já vi isso no jornal, depois de sair, de que era a EDP que ia fazer esse aumento de potência, mas, depois, acabou por ser a EDP a pagar e a comprar a parte elétrica à EDIA.

Já não me lembro se isto ainda foi comigo ou não... Comigo, lembro-me que havia um contrato em que a EDP fazia a operação e a venda de energia em mercado, havia um *fee* para a EDP e o resto era para a EDIA.

Depois, quando houve o aumento de potência é que se gerou essa confusão; aquilo esteve parado durante uns tempos, não houve acordo e depois acabou por... Acho que hoje a operação elétrica daquilo é da EDP. A operação elétrica acho que é da EDP. É ou não? Também não tenho a certeza! Acho que é da EDP, mas não tenho a certeza.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Engenheiro, já agora, sobre a barragem da Aguieira...

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Não sei! Não sei.

Hoje, já me estou a lembrar de 25 000 coisas mais do que pensava que me ia lembrar. Depois, isto é como as cerejas... Ainda me vou lembrar dos nomes que me faltaram há bocado!

Quanto à pergunta do Deputado António Topa, as pessoas que vêm aqui dizer que o Estado e o consumidor perdem 1000 milhões de euros não podem dizer isso; da mesma maneira que eu não posso dizer que o acordo foi neutro ou que o consumidor vai ganhar dinheiro. Isto tem a ver também com a pergunta, mas, depois, volto a ela.

Na altura, como já disse, eu tinha o «chapéu» da Iberwind, que era o maior operador, com uma capacidade de produção em Portugal de 700 MW.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quantos?

O Sr. Eng.º **João Talone**: — 700! Já estou outra vez a enrolar a voz!

Na altura, o que tínhamos como indicação de preço *forward* para o fim do contrato andava perto dos 100 €/MW para o período de extensão do contrato.

Portanto, é impossível! Há um ano, o preço estava a pouco mais de 30 €/MWh, agora ultrapassa os 70 €/MWh. No ano passado houve pouco vento e pouca chuva; este ano, no primeiro semestre, houve muito vento e muita chuva; agora, no verão, não, a parte eólica está abaixo e as barragens, como não houve chuva, não estão a descarregar, porque estão a querer manter a reserva de segurança.

Fala-se muito, e vê-se nos jornais, sobre o tema da subida da energia, não só em Portugal mas na Europa toda, de uma forma genérica. Em Espanha também, a energia na Alemanha tem estado, sistematicamente, no mercado grossista, muito mais alta do que em Portugal.

Então, é porque aconteceu alguma coisa. Aconteceu que, em Espanha, há centrais nucleares que não estão a produzir, porque estão em manutenção, portanto, não estão a evacuar, e em França algo se passa, porque há um conjunto significativo de centrais nucleares que entraram em manutenção e não voltaram à produção, sendo que não há informação sobre isso nem são indicadas as razões para este atraso em produção das centrais nucleares francesas que entraram em manutenção, mas, certamente, uma parte dessas razões terá tido a ver com a falta de água, pois, se não me engano, há dois anos, houve centrais que tiveram de suspender a produção, porque os rios não tinham água suficiente para fazer a refrigeração da central.

Mas aquilo que me têm dito é que é estranho continuarem tantas centrais que foram comissionadas para manutenção fora do circuito e isso

está a afetar... Como sabem, a França é a que tem maior capacidade de potência elétrica instalada em nuclear e estão fora de circuito um conjunto de centrais significativas. E na Alemanha, a Merkel fechou as centrais nucleares todas. Em Inglaterra as centrais nucleares que, quando eu estava na EDP, estavam a chegar ao fim de vida, já chegaram praticamente todas ao fim de vida, portanto estão todas comissionadas.

Nos últimos 10 anos, e sobretudo nos últimos dois ou três, há um tirar de potência nuclear muito significativo. Não vou dizer que é isso, mas alguma coisa tem de haver, alguma relação tem de ter com isto.

Por outro lado, acho que é positivo, continuo a achar, que o «monstro elétrico» esteja quase a chegar ao fim, porque estamos a sair de tarifa, e quando sairmos de tarifa o «monstro elétrico» vai voar e vamos todos bater palmas... Mas percebo que, acima de um determinado montante comissionado de centrais, seja monstro, mas...

Vamos lá ver, não tenho capacidade técnica para determinar, e é um tema que nunca vi — aliás, nunca vi isso — demonstrado cientificamente que a curva da tecnologia atingiria a maturidade que hoje tem com 800 MW. Se é assim, de facto, foram feitos — não sei quantos megawatts estão hoje instalados — muitos megawatts a mais com uma redução de tarifa que foi, se calhar, insuficiente face à maturidade da curva tecnológica.

No dia em que me demonstrarem, matemática e cientificamente, que essa maturidade é atingida com 800 MW, fica provado, então, que, de facto, tudo o que veio a seguir a isso, é monstruoso, entre aspas.

Apesar de tudo, acho que já custou muito, para trás, e vai custar pouco para a frente... Custou a nós, quando digo nós é à minha geração — há pouca gente aqui da minha geração nesta sala —, porque a geração dos meus filhos — e tenho filhos de duas gerações, porque tenho uma filha com 9 anos e outra com 43 —, vai beneficiar com isto, porque esta energia vai ser injetada

em mercado, a custo marginal zero, e vai fazer deslocar a curva da oferta para baixo.

Podem dizer que pagámos demasiado para isso. Eu também não fiz as contas, há que fazer essas contas! De facto, em princípio, isto seria gerador de excedente tarifário dentro de três a quatro anos. Aí sim, pode baixar-se a tarifa da eletricidade.

Também foi dito que há muita coisa lá metida dentro, e há. Uma das guerras que eu tive, na altura, com o governo — por isso é que chamaram teimoso —, é que eu me queria recusar a cobrar a taxa do audiovisual. Por que razão é que a EDP há de cobrar a taxa do audiovisual...?! É algum cobrador de impostos? Então, devia cobrar também o IRC, o IRS, tudo! Se calhar, pensaram nisso.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas isso é serviço.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Está bem, mas é serviço e, quando chega à fatura, o que é que o consumidor faz? Olha para a última linha! E vai dizer: «lá estão estes tipos a sobrecarregarem-me», e no mercado! Se a empresa fosse estatal e majestática — às vezes, majestática ainda pode ser, mas estatal já não é —, estava-se nas tintas para isso, mas em mercado concorrencial isso vai criar uma má imagem, uma *bad will*, junto ao consumidor que não lhe interessa para nada.

Tive sérias discussões na altura, com o presidente da RTP e com dois ministros para dizer: eu não ia cobrar! Eles diziam-me «é obrigado a cobrar, porque está na lei que tem de cobrar!», está numa portaria que tem de cobrar. Depois, acabei por cobrar, porque me aumentaram a comissão de cobrança; porque senão não ia cobrar mesmo. Ou punham-me na rua... Se calhar, eu até devia ter sido posto na rua, porque hoje estava aqui com outro à-vontade.

Quanto à questão do Deputado Jorge Costa, saio daqui com duas... Uma é a do Prof. Ricardo Ferreira e a outra é esta. Francamente, não tenho ideia de isso ter sido discutido. E mais do que isso – só para ver como a mente humana é perversa – quando vi isto no jornal, no ano passado ou há dois anos, achei que isto tinha sido uma negociação. Eu estava completamente convencido de que isto tinha sido uma negociação feita naquele pacote de 2007. Portanto, peço desculpa a quem eu, nas minhas intenções, erradas, avaliei mal, porque, pelos vistos, não terá sido.

A sua questão era na negociação da eólica, na extensão do prazo, na tarifa fixa de 60 € quanto é que era o adicional. Obviamente que só fazíamos o investimento se tivéssemos o NPV positivo, ou seja, *net present value*, o valor descontado para hoje, do investimento que íamos fazer tinha de ser positivo, senão íamos destruir valor e, portanto, com este valor era positivo. Se fosse, se calhar, com 50, já não era. E, sobretudo, isto era marginal e tinha de ser visto nessa ótica. Era, em termos marginais, face àquilo que já estava instalado e que já estava investido.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não percebi bem a resposta. Pode repetir?

Entretanto, reassumiu a presidência a Presidente, Maria das Mercês Borges.

O Sr. Eng.º **João Talone**: — Nós tivemos o custo de capital – já não me lembro qual era, era o que estava atribuído – e o que fizemos foi ver quanto é que era o investimento... Fizemos esse investimento no sobreequipamento que o Deputado referiu, mas podíamos ter feito muito mais... Não fizemos mais, porque não era rentável, porque descontando para a data inicial a tarifa, o vento que existia, fomos medir o vento nos parques todos, fomos ver se tínhamos disponibilidade, fomos ver, parque a parque,

onde é que tínhamos capacidade para instalar mais, depois fomos fazer o cálculo do investimento e ver se a esta tarifa, com o investimento que estava previsto e com o recurso que lá estava — temos os recursos medidos para todos os parques —, com a quantidade de vento que lá existia, descontando pela data atual, se o retorno era positivo ou não. E só fizemos nos casos em que era positivo.

Acho que respondi a tudo.

A minha conclusão é que vou com dois irritantes — como está na moda dizer: a história do Prof. Ricardo e a da extensão do domínio hídrico. Os outros nomes — aqueles de que não me lembro — são fáceis de encontrar, é fácil de dizer e, de resto, tentei responder a tudo.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.^a Presidente, tenho uma única pergunta, mas queria utilizar o outro tempo.

A Sr.^a **Presidente**: — Pergunto, então, se mais alguém deseja utilizar o tempo?

Pausa.

Não havendo indicação em contrário, tem a palavra, para esta ronda, o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — É só para que me possa corrigir, se estiver a fazer algum erro, no seguinte: quando se tratou do sobreequipamento, foi considerado que uma tarifa de 60 € era racional do ponto de vista do investimento e, portanto, essa conta é feita por comparação com o preço de

mercado, considerando que a tarifa de 60 € garantida à potência instalada por sobreequipamento vai proporcionar uma remuneração maior e que justifica face ao que receberiam pelo sobreequipamento em mercado.

Isto significa que a expectativa para a evolução do preço de mercado que determinou esta escolha era de um preço de mercado abaixo, e bastante abaixo, de 60 €/MWh. Por que é que no caso da negociação da extensão da tarifa das eólicas nos referiu, há pouco, que a expectativa era de 100 €/MWh?

A Sr.^a **Presidente**: — Não havendo mais inscrições, concedo a palavra ao Sr. Engenheiro, para a última resposta, para depois podermos encerrar a nossa audição.

O Sr. Eng.^o **João Talone**: — O meu amigo parece adivinho, porque foi essa a discussão que tive com a minha equipa, porque eu queria fazer mais sobreequipamento e eles não queriam, inclusivamente porque, a partir de certa altura, podia fazer-se em valor de mercado. Já não me lembro exatamente dos termos mas podia-se fazer em valor de mercado.

A discussão com a minha equipa foi essa: «então, andámos a argumentar que temos um modelo que aponta para quase 100 € e, agora, para isto...?». Mas a racionalidade nas pessoas e nas empresas, quando é para *A* é para um lado e quando é para *B* é para outro, muitas vezes não é completo. Mas digo que essa foi, exatamente, a discussão que tive com a minha equipa.

A Sr.^a **Presidente**: — Concluimos aqui mais uma audição/inquirição no âmbito do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

Permitam-me que agradeça ao Sr. Eng.^o João Talone o contributo, a forma empenhada e o esforço que fez no sentido de poder responder às questões que foram colocadas pelos Srs. Deputados.

Agradeço também às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados, a todos os presentes por terem estado aqui durante este longo, longo dia, e aos representantes da comunicação social que permanentemente nos vão acompanhando. Desejo a todos a continuação de uma boa noite.

Muitas felicidades, Sr. Engenheiro e obrigada pela sua presença.

Dou, assim, por encerrados os trabalhos.

Eram 18 horas e 57 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.